

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

ALINE FONSECA MENDES

**MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES: DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS
PELA IGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL**

**São Borja/RS
2015**

ALINE FONSECA MENDES

**MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES: DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS
PELA IGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Profa. Dra. Loiva Mara de Oliveira Machado

**São Borja/RS
2015**

ALINE FONSECA MENDES

**MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES: DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS
PELA IGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas.

Trabalho defendido e aprovado em 14 de dezembro de 2015.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Loiva Mara de Oliveira Machado
Orientadora

Profa. Dra. Jaqueline Quadrado
Serviço Social-Unipampa

Profa. Dra. Ângela Quintanilha Gomes
Ciência Política-Unipampa

Dedico este Trabalho Final de Graduação à minha mãe Vaine, minhas avós Manoela Ifran e Maria Tereza Fonseca (in memoriam). Minha gratidão pelos exemplos de vida. Minhas mulheres guerreiras, a vocês todo meu amor neste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é algo que de um modo puro toca nossos sentimentos. Poder contar com pessoas que de um modo ou outro contribuíram em nossa jornada é algo nobre.

No princípio fora um sonho estar cursando o ensino superior e hoje enfim a graduação se tornou realidade. Muitos foram os obstáculos neste período, mas a persistência sempre esteve à frente e juntamente com pessoas essenciais essa grande conquista aconteceu.

“A educação é a única herança que posso te oferecer” foi com essas palavras que minha mãe Vaine se propôs a me apoiar e incentivar durante toda uma vida. Quando no meio do caminho os obstáculos surgiam lá ela estava para me dar o norte para prosseguir. A ti minha amada mãe o meu muito obrigado por tudo e a ti a dedicação deste trabalho como forma de agradecimento.

Aos colegas que nestes quatro anos meu agradecimento por todas as experiências de vida e de conhecimento compartilhadas!

As colegas que a Universidade me presenteou e que se tornaram minhas amigas o meu agradecimento, obrigada por tornarem e compartilharem as horas de estudo, os trabalhos em grupo, as “brigas”, os momentos de alegrias e todas as demais situações que juntas participamos. A vocês minhas amigas: Maria Helena, Yasmin, Jeniffer, e Valquíria a certeza de que tudo isso vai deixar saudades!

Agradeço a todos os professores do Serviço Social que acreditaram na proposta da Unipampa e vieram nos brindar com seus conhecimentos, a vocês mestres e doutores os meus aplausos como forma de gratidão.

Porém não posso deixar de agradecer em especial às minhas “mestres”, independente de doutorado ou mestrado, mas no sentido de *Mestre*, por me ensinarem muito para minha vida extra acadêmica com seus exemplos. A você professora Loiva, minha orientadora, exemplo de profissional a ser seguida, competente, dedicada, responsável e acima de tudo humana. A você meu singelo agradecimento. Obrigada pelas horas de aprendizagem, pela paciência comigo, pelos “puxões” de orelha e pelo grande incentivo as leituras e as pesquisas. A você imensamente serei grata e levarei de exemplo a seguir em minha vida profissional.

Professora Jaina Pedersen, exemplo de pessoa e profissional e que durante o período de estágio me acompanhou incessantemente, sempre contribuindo neste processo e que acreditou na minha capacidade de leitura e compreensão do mundo. A você professora o meu agradecimento de coração.

E como não lembrar de “minha” supervisora de campo de estágio, Assistente Social: Marielen S. R. Leães obrigada por todas as horas de aprendizado, pelos materiais emprestados, obrigada por compartilhar minhas angústias, os desabafos diante de situações que me indignavam. Excelente profissional e que com certeza sem sua participação não haveria construção de conhecimento.

As amigas feministas que conheci nestes quatro anos de Universidade, Kenya Paiva e Letícia Mello – campus Jaguarão, Larissa Maciel – campus Uruguaiana) meu muito obrigado por todas as experiências e nossas rodas de conversas sobre nossa condição enquanto mulher. Agradeço as professoras Ângela Q. Gomes e Jaqueline C. Quadrado por terem aceito partir da banca de avaliação deste trabalho. À vocês professoras meus agradecimentos!

Obrigada a todas as militantes e lideranças da Marcha Mundial das Mulheres que lutam diariamente pelos direitos femininos!

*Que nada nos sujeite, que nada nos defina.
Que a liberdade seja a nossa própria substância.*

Simone de Beauvoir.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi elaborado a partir de pesquisa desenvolvida durante o oitavo semestre do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa – Unipampa, Campus São Borja. A temática da pesquisa foi a Marcha Mundial das Mulheres, objetivando-se, analisar a contribuição da Marcha Mundial de Mulheres para a garantia de direitos e políticas públicas pela igualdade de gênero, com vistas a identificar o protagonismo desse movimento na sociedade brasileira. A pesquisa de natureza qualitativa, realizada no período entre 2010-2015, teve como fundamento epistemológico o Método Dialético Crítico, considerando as principais categorias constitutivas: historicidade, totalidade e contradição. As técnicas utilizadas para a coleta de análise de dados foram à pesquisa documental e bibliográfica, questionário e análise de conteúdo. A pesquisa teve como tema desencadeador os movimentos sociais, particularmente os movimentos feministas, com foco na Marcha Mundial de Mulheres. O público participante da pesquisa foi definido a partir de amostragem não probabilística de tipo intencional. Assim, participaram diretamente deste processo onze lideranças da MMM de nove estados brasileiros. Os resultados evidenciam que MMM contribui para a garantia de direitos e políticas públicas pela igualdade de gênero no Brasil através do processo educativo de consciência política das militantes. Considera-se, a partir desse estudo, que a MMM é espaço de luta, de construção de um feminismo anticapitalista e que, a organização como movimento social, contribui para mudar a vida das mulheres, marcadas por trajetórias de opressão, subalternização, violências e discriminações.

Palavras-Chave: Movimento Feminista; Marcha Mundial das Mulheres; Direitos; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The present conclusion work has been elaborated stating from a research developed during the eight semester of Social Service course at Universidade Federal do Pampa – Unipampa, São Borja campus. Research's chosen theme were Women's World March, having as objective to analyze it's contribution to guarantee rights and public politics for gender equality, along with the identification of the movement's leadership on Brazilian society. On qualitative nature, the research was realized between 2010-2015 and had, as epistemic basis, the critic-dialectical method considering its main constructive categories: historicity, totality and contradiction. Used techniques to place data together were documental and bibliographic research questionnaires and content analysis. The research has as primer theme the social movements, particularly feminist ones, with focus on Women's World March. The participant public in this research were defined from a non-probabilistic sample intentional kind. Therefore, eleven leaderships of the WWM from nine Brazilian states have directly participated. The evidences suggests that WWM contribute to guarantee rights and public politics for gender equality in Brazil through educative process of political consciousness to its militants. Its consider, from this research, that the WWM it's a space for struggle, anticapitalist feminism construction and that, as a social movement kind of organization, contribute to chance women's life, those branded with oppression, violence and discrimination.

Key-words: Feminist Movement; Women's World March; Rights; Public Politics.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

CF/88 -Constituição Federal de 1988

CUT- Central Única dos Trabalhadores

MMM- Marcha Mundial das Mulheres

MPC- Modo de Produção Capitalista

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MS – Movimentos Sociais

NMS – Novos Movimentos Sociais

ONGs – Organizações Não-Governamentais

PT- Partido dos Trabalhadores

PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

SPM – Secretária de Políticas para as Mulheres

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01: Logomarca da MMM.....	57
Ilustração 02: Participação da CUT em de atividade internacional da MMM.....	58
Ilustração 03: 3ª Ação Internacional da MMM no Brasil	60
Ilustração 04: Lema da MMM para a 3ª Ação Internacional	61
Ilustração 05: Encontro para debater a organização da 4ª Ação com lideranças da MMM do Uruguai e Argentina	62
Ilustração 06: Encontro para debater a organização da 4ª Ação com lideranças da MMM. Últimos preparativos para a realização do evento.....	62
Ilustrações Batucada Feminista	63
Ilustração 07: Batucada no DF (rumo ao Congresso Nacional).....	66
Ilustração 08: Batucada feminista nas ruas do Rio de Janeiro (RJ).....	67
Ilustração 09: Batucada feminista em Mossoró (RN).....	67
Ilustração 10: Batucada “Primavera Feminista”. Participação de mulheres do RJ, SP, DF, BH e outras cidades	67

LISTA DE QUADROS/TABELAS

Quadro 01: Articulações da MMM com movimentos sociais/entidades e organizações...	70
Quadro 02: Análise de dados descritos na Declaração Universal de Direitos Humanos (UNESCO 1948)	74
Quadro 3: Análise de artigos da Constituição Federal de 1988	79
Quadro 4: I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2005-2008) e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2008-2012).....	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Total de Atendimentos do Ligue 180 por Ano.....	77
Gráfico 02: Tipos de Atendimentos por Ano.....	78
Gráfico 03: Tipos de Violências no Período de 2006-2015.....	78

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
2 DESTAQUES SOBRE A RELEVÂNCIA DA PESQUISA	17
3 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	21
3.1 Método Dialético Crítico e suas categorias.....	21
3.2 Natureza da Pesquisa	24
3.3 Problema de Pesquisa, Objetivo Geral e Específicos e Questões Norteadoras.....	25
3.4 Categorias Temáticas	27
3.5 Técnicas e instrumentos para coleta e análise dos dados.....	30
3.6 Análise dos Dados	33
4 A FORMAÇÃO DO PATRIARCADO NA SOCIEDADE BRASILEIRA E OS PAPÉIS ATRIBUÍDO ÀS MULHERES E HOMENS	36
5 BREVES NOÇÕES SOBRE A ORIGEM DOS MOVIMENTOS SOCIAIS , DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS (NMS) E O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL	42
6 MOVIMENTO FEMINISTA E A MMM: Qual o debate sobre gênero?	55
6.1 MMM: A organização, as lutas, as iniciativas e os espaços de articulações	56
7 ACESSO A DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS PELA IGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL: A CONTRIBUIÇÃO DA MMM	71
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
9 REFERÊNCIAS	89
APÊNDICES	93
Apêndice A- Quadro Síntese de Pesquisa Documental.....	93
Apêndice B - Quadro Síntese de Pesquisa Bibliográfica	94
Apêndice C- Questionário	95
Apêndice D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	96

INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aqui apresentado visa socializar os resultados da pesquisa desenvolvida junto a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), a qual teve por objetivo analisar a contribuição da MMM para a garantia de direitos e políticas públicas pela igualdade de gênero, com vistas a identificar o protagonismo desse movimento na sociedade brasileira.

É oportuno situar a contribuição do feminismo e dos novos movimentos sociais, para que as desigualdades de gênero passassem a ser identificadas na sociedade. Essa desigualdade advém de um modelo de sociedade patriarcal, em que o poder sobre a família, os bens e a propriedade pertencia ao homem. Para a mulher o papel concebido nessa sociedade estava atrelado aos cuidados da casa, dos filhos, e obediência ao marido. Esse modelo de sociedade está presente nos dias atuais, quando ainda identifica-se, por exemplo, a discriminação vivenciada pelas mulheres, no mundo do trabalho, considerando-se as diferenças salariais, a imposição quanto a padrões de consumo, vestimentas e comportamento o que se traduz como um das expressões de violência contra as mulheres.

As disparidades entre os gêneros estão presentes em todos os períodos históricos da civilização humana, porém, sem discussão sobre o que isto representa na sociedade, principalmente, sobre as desigualdades existentes entre homens e mulheres. A partir da organização dos movimentos feministas e dos estudos realizados por feministas, teve início às discussões e reflexões em torno das desigualdades de gênero e como elas se refletem na sociedade. As construções realizadas pelos movimentos feministas reforçam que a questão de gênero deve ser analisada cotidianamente, pois se trata de um processo construído socialmente, por meio dos papéis atribuídos aos homens e as mulheres, os quais podem reforçar a submissão e dependência ou contribuir para relações igualitárias e acesso aos direitos sociais e políticas públicas.

A pesquisa contribuiu, entre outros aspectos, para dar visibilidade ao trabalho realizado pela Marcha Mundial das Mulheres no Brasil, considerando-se as parcerias realizadas com outros movimentos e organizações sociais. A elaboração desta pesquisa buscou fundamentos no Método Dialético-Crítico.

Para a produção deste trabalho, a coleta dos dados foi desenvolvida por meio das técnicas da pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e questionário. Já a análise dos dados procedeu através da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2004).

O TCC ora apresentado está organizado em oito capítulos. O primeiro capítulo se refere a presente introdução. O segundo apresenta a justificativa para a realização da pesquisa, a escolha da Marcha Mundial das Mulheres e a relevância da no campo acadêmico, científico e social.

O terceiro capítulo delimita o percurso metodológico da pesquisa, relata-se o problema de pesquisa, os objetivos, o método e a metodologia, considerando-se as técnicas e instrumentos utilizados. Também apresenta breve enunciado sobre as categorias temáticas que perpassam os demais capítulos do trabalho.

A partir do quarto capítulo dá-se início ao adensamento teórico das categorias temáticas, em articulação com os dados empíricos da pesquisa. Neste item há o aprofundamento sobre a formação do patriarcado na sociedade brasileira, com destaque para os papéis atribuídos aos homens e mulheres. No quinto capítulo são apresentadas breves noções sobre a origem dos movimentos sociais e também dos chamados novos movimentos sociais, a exemplo do movimento feminista, que apresenta suas reivindicações em prol a garantia dos direitos das mulheres. Para que fosse possível compreender a historicidade do movimento feminista no Brasil, foi explanado como ocorreram às primeiras manifestações deste movimento destacando-se, alguns nomes de feministas, que entraram para história na Europa, Estados Unidos e Brasil.

No sexto capítulo, há destaque para o movimento feminista, a Marcha Mundial das Mulheres e o debate sobre gênero. Para chegar a tal questão, foi destacada a história da Marcha, elencando também sua organização, as iniciativas, suas articulações com outras entidades e movimentos sociais das quais fazem parte da análise dos dados coletados. No sétimo capítulo apresentam-se algumas reflexões sobre o acesso a direitos e políticas públicas.

Destaca-se neste item a análise dos dados coletados através da técnica do questionário, verificando assim qual a contribuição da MMM para a garantia de direitos e políticas públicas pela igualdade de gênero no Brasil. E, por fim apresentam-se as considerações finais que sistematizam os resultados da pesquisa e apresentam proposições para a continuidade de estudos e pesquisas, no campo dos movimentos sociais, o que se constitui um tema emergente para o Serviço Social no Brasil.

2 DESTAQUES SOBRE A RELEVÂNCIA DA PESQUISA

Para que se possa compreender a relevância da pesquisa faz-se necessário situar a desigualdade de gênero a partir de um modelo de sociedade patriarcal, em que a mulher é concebida como objeto de propriedade do homem e do conjunto familiar. Com isto, devemos identificar que as relações patriarcais encontram-se enraizadas no modelo da formação sócio histórica do Brasil. Desde o período de colonização o papel da mulher estava atrelado aos cuidados da casa, dos filhos, ou muitas vezes encaminhado aos conventos onde aprendiam a ler e bordar, enquanto não se casassem (ALVES, 2009).

Conforme Barreto (2004, p. 64) o patriarcalismo pode ser definido como uma estrutura sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. É caracterizado por uma autoridade imposta pelo homem sobre mulher e filho(a) no ambiente familiar, permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura.

Assim, segundo Samara (2002) a família brasileira seria o resultado da transplantação e adaptação da família portuguesa ao nosso ambiente colonial, com suas normas, costumes e tradições familiares por sua vez influenciados pela sociedade européia, gerando um modelo com características patriarcais e tendências conservadoras em sua essência. Neste sentido, a mulher não possuía voz, pois seu papel na sociedade era somente para a procriação e atividades voltadas aos cuidados do lar. Já o homem era reconhecido pela autoridade exercida junto à família e status perante a sociedade. Assim, as relações sociais construídas entre homens e mulheres através do modelo patriarcal se fortaleciam.

É importante ressaltar que as disparidades existentes entre homens e mulheres sempre existiram em todos os períodos históricos da civilização humana, porém, com pouca visibilidade, representatividade e poucas problematizações referentes a tais disparidades, gerando uma naturalização na construção dos papéis sociais.

Por volta do fim do século XIX e início do século XX, embora inserida numa sociedade marcada pelo patriarcalismo, a mulher começa a participar de espaços externos do lar, sendo inserida principalmente no mundo do trabalho (ALVES, 2009). Foi a partir de então que as mulheres começaram a reivindicar seus direitos, primeiramente por melhores condições de trabalho e por salários que correspondessem ao que era pago aos homens. Neste mesmo período do século XX surgem os Movimentos Feministas. “O movimento feminista contemporâneo irrompeu primeiro nos Estados Unidos, no final dos anos 60, e em seguida nos Europa no início da década de 70 e difundiu-se pelo mundo inteiro, nas décadas de 80 e

90” (BARRETO, 2004, p.69). Suas pautas e manifestações estavam voltadas à crítica ao modelo de sociedade ocidental, o qual estava centrado na propriedade privada.

A partir da organização dos movimentos feministas e dos estudos e produções acadêmicas realizadas por feministas, deram-se início as discussões e reflexões em torno das desigualdades de gênero e como elas se refletem na sociedade. Segundo Santos (2011, p. 86):

Comprendemos o gênero em duas dimensões: uma compreende a ideia do biológico sexual inato não dá conta da explicação do comportamento diferenciado masculino e feminino, a outra envolve a noção de que o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição subalterna na organização da vida social.

Ou seja, o gênero surge para caracterizar o modo como às relações sociais se estabelecem. Relações estas que ao homem é proporcionado o poder, a autoridade e o prestígio social. Já para as mulheres a submissão e as opressões. São os papéis atribuídos aos homens e mulheres que caracterizam o gênero, sendo este o responsável pelas relações sociais construídas nas sociedades. Considerando esta segunda afirmativa sobre a terminologia “gênero”, Scott reforça a discussão nos seguintes aspectos:

O termo “gênero”, além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. [...] Além disto, o termo “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm a força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995, p.75).

A questão de gênero configura-se como um processo histórico e, portanto, uma construção social, que poderá ser modificada a partir dos sujeitos implicados, contribuindo para reforçar ou superar as diferenças e desigualdades existentes na sociedade. As reflexões realizadas pelos movimentos feministas reforçam que a questão de gênero deve ser analisada cotidianamente, pois é algo que foi construído das relações sociais e que possui um caráter

questionador aos papéis atribuídos aos homens e mulheres, os quais repercutem no acesso aos direitos sociais e políticas públicas.

Neste contexto, os movimentos feministas buscam a inserção em novos espaços de participação e organização, na luta por direitos sociais e políticos, pela igualdade de gênero e contra todos os tipos de opressões vivenciadas pelas mulheres. Conforme Santos (2011):

O feminismo certamente teve vários efeitos nas relações políticas do ocidente e em outros locais onde se fez presente. Posto que esses efeitos foram em geral encarados como positivos, algumas consequências negativas devem ser apontadas. Nos dias atuais, nota-se que existe uma mudança sensível na relação entre o homem e a mulher. A mulher ganhou mais espaço na sociedade, começou a buscar novas oportunidades, sobre tudo no campo de trabalho e nos espaços políticos. Também se observa que atualmente, as mulheres passaram a ter mais controle sobre seus corpos, e passaram a vivenciar o sexo com mais liberdade do que antes lhes era permitido. Apesar dos avanços conquistados na sociedade, o feminismo também recebe algumas críticas como: alguns críticos apontam que as feministas estão pregando o ódio contra os homens; alguns dizem que, por conta do feminismo, os homens começam a ser oprimidos; alguns grupos de conservadores vêem o feminismo como um elemento de destruição dos papéis tradicionais dos gêneros, nomeadamente quando o pai e a mãe são trabalhadores bem sucedidos e ocupados, ou seja, nessa luta as crianças são esquecidas, pois não sobra ninguém para cuidar bem das mesmas, algumas empresas dizem que as mulheres são promovidas não por méritos, mas para melhorar a imagem da empresa, dentre outras questões (SANTOS, 2011, p.90).

Portanto, é importante ressaltar que por mais que as mulheres obtiveram algumas vitórias por meio da organização de movimentos feministas, a luta desses movimentos é constante. A sociedade encontra-se ainda enraizada na cultura do patriarcado, em que prevalece a cultura do poder e autoridade masculina. Isto se observa nas críticas e argumentações extremamente discriminatórias feitas às mulheres e, em especial, aos movimentos feministas. Por motivos como estes, as pautas desses movimentos devem ser priorizadas, possibilitando, deste modo, maior visibilidade às demandas e necessidades frente ao necessário reconhecimento sobre a equidade de gênero nas relações sociais.

Diante das questões apresentadas verificou-se a importância de desenvolver a presente pesquisa abordando o tema dos Movimentos Feministas, com enfoque para a Marcha Mundial das Mulheres e a sua contribuição para a garantia de direitos e políticas públicas pela igualdade de gênero. Sabe-se, todavia, que tais direitos não se traduzem como uma concessão, mas, constitui-se em conquistas que foram e vem sendo asseguradas nas reivindicações, lutas, manifestações, participação em espaços decisórios no âmbito da política, da economia, da

cultura, da participação social, entre outros, os quais contribuem para a efetivação de políticas públicas com equidade de gênero.

Assim, a pesquisa objetivou analisar a contribuição da Marcha Mundial das Mulheres para a garantia de direitos e políticas públicas pela igualdade de gênero, com vistas a identificar o protagonismo desse movimento na sociedade brasileira. Este movimento surgiu no ano de 2000, e apresenta-se como novidade na medida em que trás pautas já trabalhadas por outros movimentos feministas. Também aponta pautas atualizadas, nas quais se destacam: o direito ao aborto seguro, ações contra a violência sexista, ações de desenvolvimento para as mulheres do campo, mercantilização do corpo, entre outras, as quais a Marcha busca dar visibilidade.

Para a elaboração desse trabalho, recorreu-se a reflexão de temas como a formação do patriarcado na sociedade brasileira, a organização dos movimentos sociais, movimentos feministas e Marcha Mundial das Mulheres. No que se refere aos Movimentos Feministas, constata-se que estes surgem no século XIX e, tomam força no século XX, como já dito anteriormente. Estes movimentos se constituíram por meio de posicionamentos críticos frente à luta de classes, presentes na ordem capitalista. Também pela crítica às relações de opressão e subalternidade que distingue as mulheres dos homens na divisão sexual do trabalho, marcadas pela influência das relações sociais atreladas ao patriarcado.

Esses elementos demonstram que é imprescindível que existam estudos que ofereçam à sociedade maiores esclarecimentos de como a mulher construiu e vem construindo seu espaço na sociedade, na sua inserção nos movimentos feministas e em especial na Marcha Mundial das Mulheres.

Em âmbito acadêmico, a pesquisa tem a relevância de contribuir para uma reflexão crítica sobre os movimentos feministas, com foco no movimento da Marcha Mundial das Mulheres. Já no âmbito científico, a pesquisa possibilitou visitar produções sobre estudos já realizados sobre os movimentos sociais e, de modo especial, os movimentos feministas. Ao que se refere à Marcha Mundial das Mulheres, os resultados da pesquisa possibilitaram, de forma específica, sistematizar um conjunto de informações sobre este movimento, considerando as iniciativas desenvolvidas, os espaços organizativos, parcerias, pautas de luta, espaços de representação e de incidência no âmbito da garantia de direitos e políticas públicas pela igualdade de gênero, bem como, os desafios e potencialidades presentes no trabalho desenvolvido pela Marcha.

As questões aqui destacadas são necessárias para compreender o percurso metodológico da pesquisa. No próximo capítulo destaca-se a metodologia utilizada na pesquisa, bem como, as categorias temáticas, as técnicas utilizadas na coleta e análise dos dados.

3 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Um dos fatores que influenciam a realização de pesquisas na sociedade é de que estas venham a contribuir para a problematização de um determinado tema, para a qualificação dos processos interventivos, para a construção do conhecimento.

O ato de pesquisar acontece de maneira organizada, por isso, são utilizados métodos e técnicas para se chegar aos resultados previstos inicialmente nos objetivos da pesquisa. A organização dos procedimentos a serem utilizados na pesquisa é identificada como “metodologia de pesquisa”. Segundo Minayo (2007) entende-se a metodologia como o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade, ou seja, a metodologia inclui a teoria da abordagem (método), os instrumentos para operacionalizar a pesquisa (técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência e capacidade pessoal).

Neste sentido, neste item delimita-se o percurso metodológico da pesquisa realizada, considerando-se o método dialético crítico e suas categorias constitutivas, a natureza da pesquisa, o problema central da pesquisa, o objetivo geral e objetivos específicos, as categorias temáticas, as técnicas utilizadas na coleta dos dados e análise dos dados, conforme pode ser observado nos itens que seguem.

3.1 Método Dialético- Crítico e suas categorias

A metodologia de pesquisa prevê a identificação do método a ser utilizado. Conforme Gil (2007) pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento. Para a construção e execução da pesquisa, foi utilizado como referencial teórico o método dialético-crítico. Como descreve (GIL, 2007, p.31):

O conceito de dialética é bastante antigo, Platão utilizou-o no sentido de arte do diálogo. Na antiguidade e na Idade Média o termo era utilizado para significar simplesmente lógica. A concepção moderna de dialética, no entanto, fundamenta-se em Hegel. Para esse filósofo, a lógica e a história da humanidade seguem uma

trajetória dialética, nas quais as contradições se transcendem, mas dão origem a novas contradições que passam a requerer solução. A concepção Hegeliana de dialética é de natureza idealista, ou seja, admite a hegemonia das ideias sobre a matéria. Essa concepção foi criticada por Karl Marx e Friedrich Engels, que “viraram a dialética de cabeça para baixo” e apresentaram-na em bases materialistas, ou seja, admitindo a hegemonia da matéria em relação às ideias.

Diante desta referência, é possível refletir que o método dialético-crítico apresentado por Marx e Engels está centrado no modo de compreensão da realidade como essencialmente contraditória em permanente movimento e transformação. “O método dialético-crítico visa analisar os dados desvelando as interconexões entre os fenômenos, as relações das partes com a totalidade, o movimento, a historicidade e suas contradições” (PESSÔA, 2007, p.51). De acordo com Triviños (2011) para realizar-se uma pesquisa na linha teórica no materialismo dialético da realidade natural e social e do pensamento, a materialidade dos fenômenos e que estes são possíveis de conhecer.

Estes princípios básicos do marxismo devem ser completados com as ideias de que existe uma realidade objetiva fora da consciência e que esta consciência é um produto resultado da evolução do material, o que significa que para o marxismo a matéria é o princípio primeiro e a consciência é o aspecto secundário, o derivado (TRIVIÑOS, 2011, p.73).

Com isto, torna-se imprescindível para o pesquisador da área social que utiliza a concepção marxista como suporte a análise da realidade e a compreensão dos principais conceitos do materialismo histórico, direcionados ao capital, sendo este sistema predominante na sociedade de hoje, desde as relações sociais até os modos de produção, influenciando no modo de vida do coletivo.

Conforme Triviños (2011) o materialismo dialético apoia-se na ciência para configurar sua concepção do mundo. Assim, pode-se dizer que o materialismo dialético reconhece como essência no mundo a matéria que de acordo com as leis do movimento, se transforma, sendo anterior à consciência na realidade objetiva “esta ideias básicas caracterizam, essencialmente, o materialismo dialético” (TRIVIÑOS, 2011, p.23).

Na contemporaneidade, Minayo (2007) explana que a dialética trabalha com a valorização da quantidade e da qualidade, com as contradições intrínsecas às ações e realizações humanas, e com o movimento perene entre parte e todo e interioridade e exterioridade de cada fenômeno. Ao encontro dessa afirmativa Gadotti (1983, p.21) ressalta

que “a dialética considera cada objeto com suas características próprias, o seu devir, as suas contradições”.

Chizzotti (2006) afirma que a dialética insiste na relação dinâmica entre o sujeito e o objeto, no processo de conhecimento, não se detém no vivido e nas significações subjetivas dos atores sócias, valorizando a contradição dinâmica do fato observado e a atividade criadora do sujeito que observa as oposições contraditórias entre o todo e a parte e os vínculos do saber e do agir com a vida social dos homens. Para este autor, o pesquisador é um ativo descobridor do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais, ou seja, para Chizzotti (2006) a orientação da dialética visa analisar como o sujeito reage dentro de uma estrutura, como se dá a sua forma de resistência analisando como se dará a sua relação social

Codificado por Karl Marx (século XIX e XX) o método dialético-crítico é considerado uma ciência por seus seguidores, realiza interpretação dos fenômenos sociais apresentando princípios, leis, categorias de análise, tendo como referencial teórico o materialismo histórico (RICHARDSON, 2008). Segundo Triviños (2011) o materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, da evolução histórica e da prática social dos homens no desenvolvimento da humanidade. O materialismo histórico significou: “uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais que, até o nascimento do marxismo, se apoiava em concepções idealistas da sociedade humana” (TRIVIÑOS, 2011, p.51).

O método dialético-crítico utiliza categorias teóricas para embasar os estudos. Nesta pesquisa foram utilizadas as categorias: *totalidade, historicidade e contradição*.

Referente à categoria *totalidade*, mais do que a reunião de todas as partes, significa um todo articulado, conectado, onde a relação entre as partes altera o sentido de cada parte e do todo. A totalidade concreta não é um todo dado, mas em movimento de autocriação permanente, o que implica a historização dos fenômenos que a compõem (PRATES, 2003).

Os fenômenos e acontecimentos providos da ação do homem, não podem ser vistos separados e sim reflexos e resultados de um sistema balizado em culturas, crenças, sistemas políticos, econômicos e sociais, como afirma Guimarães (2007, p.88) “a totalidade referencia-se ao olhar que não fragmenta a realidade, o que não significa que o estudo, ou melhor, que as teorias, dão conta de problematizar todas as tramas de relações complexas constitutivas do real”, nesse ínterim, a “totalidade não está baseada na soma de fatos isolados, mas na interconexão entre eles” (GUIMARÃES, 2007, p.88).

A *historicidade* é o devir (vir a ser) considera-se o que todas as coisas possuem, ou seja, parte-se do princípio que tudo se transforma, tornando o movimento uma qualidade inerente a todas as coisas, onde a natureza e a sociedade não são entidades finalizadas ou concluídas, mas que continua em transformação e que jamais estabelecidas definitivamente (GADOTTI, 1983). Ressalta-se que:

A historicidade diz respeito ao desvelamento processual do movimento constitutivo do real, pois a realidade é sempre um “devir”, significando movimento que visa reconstruir, a partir de sucessivas aproximações, o reconhecimento da processualidade dos fenômenos e das estruturas (GUIMARÃES, 2007, p.88).

Esses dois autores concordam entre si quando dizem que a historicidade compreende o movimento, a transformação das coisas, desde a natureza ao próprio homem, que refletirá na evolução de uma sociedade por meio do conhecimento, da ciência e do que diz respeito da própria matéria. Essa categoria como as demais, revela a transformação da atual sociedade em seu contexto de inserção, bem como o movimento de resistência e rebeldia perante a realidade da sociedade civil na busca de garantia de cidadania.

Para Gadotti (1983) a contradição é considerada a essência ou a lei fundamental da dialética, onde a transformação das coisas só é possível porque no seu próprio interior coexistem forças opostas tendendo simultaneamente à unidade e à oposição, é universal, inerente a todas as coisas materiais e espirituais, “os elementos contraditórios coexistem numa realidade estruturada, um não podendo existir sem outro [...] A existência dos contrários não é um absurdo lógico, ela se funda no real” (GADOTTI, 1983, p.26).

As categorias aqui apresentadas segundo Gadotti (1983) podem ser aplicadas tanto à matéria, como à sociedade humana e aos próprios conhecimentos dos pesquisadores. Por estas características essenciais, ao entendimento da realidade de vida dos sujeitos, o método dialético crítico foi escolhido para embasar a presente pesquisa.

3.2 Natureza da Pesquisa

No que se refere à natureza da pesquisa destaca-se que a opção metodológica foi por uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, pois, entende-se que esta responde a questões muito particulares do estudo, na medida em que dá suporte a um conjunto de técnicas e instrumentos que serão explicitados na sequência. Acredita-se que a realidade não

pode ser apenas quantificada, frente a isso temos a pesquisa qualitativa da qual trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das crenças, dos valores entre outros.

A pesquisa qualitativa se dá na forma “empírica, a partir de uma análise feita de forma detalhada, abrangente, consistente e coerente, assim como na argumentação lógica das ideias, pois os fatos em Ciências Sociais são significados sociais e sua interpretação não pode ficar reduzida a quantificações frias e descontextualizadas da realidade” (MICHEL, 2005, p.33). Por isto, podemos dizer que a pesquisa qualitativa não pode ser definida de modo quantificado, e sim de um determinado nível de realidade.

Deve-se considerar que há termos nas respostas dadas tão carregados de valores, que só o participante do sistema social estudado, que vive e conhece a realidade daquele grupo, pode compreendê-los e interpretá-los. Por este motivo, é a pesquisa mais utilizada e necessária nas ciências sociais. Na pesquisa qualitativa o pesquisador participa, compreende e interpreta (MICHEL, 2005, p.33).

Portanto, a partir de uma perspectiva dialética, onde se prioriza estudar as categorias (conforme citadas no item 3.1) totalidade, historicidade e contradição a pesquisa de valor qualitativo vem a reforçar, de modo que torne possível compreender a realidade de tal sociedade e assim possibilitando sua interpretação. No item a seguir, segue explanado o problema da pesquisa, objetivo geral e objetivos específicos, além das questões norteadoras utilizadas neste trabalho.

3.3 Problema de Pesquisa, Objetivo Geral e Objetivos Específicos, Questões Norteadoras

No processo da investigação social, o primeiro passo é escolher o problema a ser pesquisado, que irá provocar indagações, como: Por que pesquisar? Qual a importância do fenômeno a ser pesquisado? Que pessoas ou grupos se beneficiarão com os resultados? (GIL, 2007:50). O pesquisador, desde a escolha do problema, recebe influência do seu meio cultural, social e econômico (GIL, 2007). E para Chizzotti (2006) o assunto de pesquisa – pode nascer de leituras, de reflexões, de problemas reconhecidos, da atividade profissional, de fontes de informações, ou seja:

Quando alguém decide investigar um assunto determinado, sua escolha, em geral, é feita em função de um interesse atual, da intuição e reflexão pessoal, da formação antecedente, de meios exequíveis (tempo, recursos financeiros e humanos, equipamentos, etc.) de informações documentadas etc. (CHIZZOTTI, 2006, p. 39).

Portanto, é por meio da indagação pessoal que o pesquisador busca contribuir com temas e questões que são de natureza coletiva. Na pesquisa aqui apresentada o problema de pesquisa definido se deu a partir de uma inquietação pessoal da pesquisadora após leituras sobre o papel da mulher na sociedade, o feminismo e os movimentos feministas existentes no Brasil. Assim, buscou-se investigar sobre a Marcha Mundial das Mulheres – MMM da qual possui visibilidade e representatividade no que se refere aos direitos e ações em prol da igualdade de gênero na sociedade contemporânea.

A partir disto, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: Qual a contribuição da Marcha Mundial das Mulheres para a garantia de direitos e políticas públicas pela igualdade de gênero na sociedade brasileira? Considerando este problema foram elaboradas algumas questões norteadoras: Que iniciativas vêm sendo construídas pela Marcha Mundial das Mulheres frente à garantia de direitos e políticas públicas pela igualdade de gênero? Quais os espaços de organização e articulação da Marcha Mundial das Mulheres? Quais os movimentos sociais, entidades, organizações e categorias profissionais que participam das ações promovidas pela Marcha Mundial das Mulheres? Quais os desafios e potencialidades identificados no trabalho desenvolvido pela Marcha Mundial das Mulheres na luta pela igualdade de gênero?

A pesquisa buscou atender ao seguinte objetivo geral: Analisar a contribuição da Marcha Mundial das Mulheres para a garantia de direitos e políticas públicas pela igualdade de gênero, com vistas a identificar o protagonismo desse movimento na sociedade brasileira. Para o alcance desse objetivo geral foram definidos quatro objetivos específicos: a) Identificar as iniciativas desenvolvidas pela Marcha Mundial das Mulheres frente à garantia de direitos e políticas públicas pela igualdade de gênero, para conhecer os avanços obtidos pelo movimento nesta área; b) Mapear os espaços de organização e articulação da Marcha Mundial das Mulheres, com vistas a identificar onde há maior incidência de participação; c) Verificar quais os movimentos sociais, entidades, organizações e categorias profissionais que participam das ações promovidas pela Marcha Mundial das Mulheres, para sistematizar informações que possibilitem identificar as parcerias com maior continuidade; d) Identificar os desafios e potencialidades do trabalho desenvolvido pela Marcha Mundial das Mulheres, para compreender a contribuição desse movimento na luta pela igualdade de gênero na sociedade brasileira.

Diante da exposição do problema a ser solucionado por esta pesquisa, bem como de seus objetivos, explana-se no próximo item algumas noções sobre as categorias temáticas que embasaram a produção deste trabalho.

3.4 Categorias Temáticas

Os principais conceitos elencados como categorias temáticas na pesquisa foram: patriarcado, feminismo, gênero, movimentos sociais, direitos sociais e políticas públicas, as quais serão abordadas ao longo do desenvolvimento deste trabalho. Porém, percebem-se oportunas algumas reflexões introdutórias acerca desses temas. No que se refere ao patriarcado, conforme Barreto:

o patriarcalismo pode ser definido como uma estrutura sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. É caracterizado por uma autoridade imposta institucionalmente, pelo homem sobre mulheres e filhos (as) no ambiente familiar, permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura. Neste sentido, o patriarcado funda a estrutura da sociedade e recebe reforço institucional, nesse contexto, relacionamentos interpessoais e personalidades são marcados pela dominação e violência (BARRETO, 2004, p.64).

Com o patriarcado as relações sociais construídas na sociedade contemporânea correspondem no prestígio social e político que favorece aos homens, proporcionando a estes o poder e autoridade dentro do núcleo familiar e fora dele, na sociedade como um todo, econômica, política e social. O patriarcado se caracteriza pela violência que oprime e subalterniza as mulheres, nesse sentido, o patriarcado é marcado por dominantes (homens) e dominados (mulheres).

Ao que se refere o termo “gênero”, destaca-se que este perpassará por todos os capítulos desta produção. Segundo Scott (1995, p.75):

gênero torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir as origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado.

Consequentemente, o gênero ao indicar que se constitui como construção social, logo indica como os papéis sociais foram atribuídos aos homens e as mulheres em uma sociedade marcada por desigualdades sociais, assentadas em um modelo de sociedade patriarcal.

Referente à categoria temática dos Movimentos Sociais, “dentre outras determinações, é conformado pelos próprios sujeitos portadores de certa identidade /necessidade /reivindicação /pertencimento de classe, que se mobilizam por respostas ou para enfrentar tais questões” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.264). A partir disto (TOURAINÉ, 1973 *apud* GOHN, 2010, p.16) reforça que as definições já clássicas sobre os movimentos sociais citam suas características básicas como: possuem uma identidade, têm um opositor e articulam ou se fundamentam num projeto de vida e de sociedade. Sendo assim:

os movimentos sociais sempre têm um caráter educativo e de aprendizagem para seus protagonistas. Finalmente, os movimentos sociais na atualidade tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades, a sociedade civil e política, tem grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais, podendo, portanto a ser matriz geradoras de saberes (GOHN, 2010, p.16).

Torna-se pertinente destacar as duas distinções que conceituam os Movimentos Sociais. Essas distinções são necessárias para compreender de que tipo de movimentos aborda-se neste trabalho. Conforme (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 264):

Movimento e mobilizações sociais. Deve claramente se diferenciar o conceito de *movimento social* do de *mobilização social*. Longe de se tratar de uma questão semântica, “movimento social” caracteriza uma organização, com relativo grau de formalidade e de estabilidade, que não se reduz a uma dada atividade ou mobilização. Uma “mobilização social” remete a uma atividade, que se esgota em si quando concluída. Mobilização pode ser uma ferramenta do movimento; também uma mobilização pode-se desdobrar em outras formas até formar um movimento; mas em si, mobilização não necessariamente significa uma organização nem constitui um movimento social.

Esta distinção de movimento social para mobilização social é de suma importância para compreender o protagonismo da MMM no Brasil. A Marcha caracteriza-se como um movimento social, pois possui organização, apresenta sua formalidade e estabilidade desde o ano de 2000 no Brasil. E as mobilizações fazem parte das ações desenvolvidas pela MMM, constituem-se como uma ferramenta para dar visibilidade as demandas que reivindicam.

Ao analisarmos o feminismo como categoria temática, (ALVES; PITANGUY, 1991, p.15) definem que o feminismo é um movimento social que defende igualdade de direitos e

status entre homens e mulheres em todos os campos. Para (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.284) “o movimento feminista, desde as suas primeiras expressões como sujeito político, empreendeu lutas de enfrentamento aos elementos estruturantes do sistema patriarcal-capitalista, como a propriedade privada”. Assim, confrontou “com o papel ideológico-normativo de instituições como o Estado, família e igreja na elaboração e reprodução dos valores, preconceitos e comportamentos baseados na diferença biológica entre os sexos” (CISNE; GURGEL, 2008, p.70).

Isto significa que o feminismo ao definir-se como um movimento social no campo político, enfrenta diversos conflitos políticos e sociais com sociedade, esta centrado em um modelo conservador, ligado diretamente ao patriarcado. Diante disto o feminismo pauta suas lutas e reivindicações em prol da garantia de direitos civis e políticos, bem como a liberdade de expressão das mulheres e liberdade sobre o próprio corpo.

Referente ao conceito de direitos sociais (GARCIA, 2001, p.113) “entende-se por direitos sociais aqueles que têm por objetivo garantir aos indivíduos condições fundamentais para a melhoria da qualidade de vida e preservação da dignidade humana”. Estes são assegurados constitucionalmente como, por exemplo, na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e ao nos referirmos ao Brasil, esses direitos estão contidos da Constituição Federal de 1988. Tais exemplos acima descritos irão fomentar a discussão sobre direitos sociais no capítulo 7 deste trabalho. Já ao conceituar Política Pública, Pereira (2011) reforça que:

Refere-se antes, à *coisa pública*, do latim *res* (coisa), *publica* (de todos), ou seja, de todos, para todos, que compromete todos – inclusive a lei que está acima do Estado – no atendimento de demandas e necessidades sociais, sob a égide de um mesmo direito e com o apoio de uma comunidade de interesses. (...) Política pública, expressa, assim a conversão de demandas e decisões privadas e estatais em decisões e ações públicas que afetam e comprometem todos (PEREIRA 2011, p.173).

A criação das políticas públicas surge para atender as demandas e necessidades da sociedade. São demandas que tem por objetivo consentir direitos a todos os cidadãos e sendo o Estado o responsável por assegurá-las. Dentre algumas políticas públicas, cita-se: política de educação, saúde, habitação e moradia por exemplo.

Considerando as referências aqui apresentadas destaca-se que este item objetivou uma breve abordagem sobre as categorias temáticas da pesquisa. Maior adensamento e detalhamento sobre os temas em questão serão abordados a partir do capítulo quatro até o capítulo sete deste trabalho.

3.5 Técnicas e instrumento para coleta e análise de dados

De acordo com Gil (2007), a técnica de coleta de dados é o conjunto de processos e instrumentos elaborados para garantir o registro das informações, o controle e a análise dos dados. Assim, as técnicas utilizadas para a coleta de dados foram: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e questionário.

No caso da pesquisa documental Severino (2007, p.122) afirma que “tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais”. Nesse caso são documentos que vão possibilitar o pesquisador desenvolver sua investigação e também análise sobre determinado assunto.

Esta técnica de pesquisa conforme (MARCONI; LAKATOS, 2007, p.62) “é a fonte de coleta de dados está restritos a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser recolhidas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre ou depois”.

Para a coleta de dados a partir da pesquisa documental conforme instrumento (apêndice A), foram utilizados os seguintes documentos: boletins *on-line* (disponíveis no site e blog) e cartilhas da Marcha (disponibilizada na rede social Facebook). Referente aos boletins *on-line*, estes são publicados mensalmente no site e blog da Marcha. Durante o período de análise (2010 a 2015) foram encontradas 63 edições que versam sobre o tema gênero, a partir de diferentes aspectos, como por exemplo: a importância de discutir gênero na educação como uma forma de garantir a igualdade entre homens e mulheres; a questão da misoginia na política; o avanço das mulheres no ensino superior – conquistas e desafios; trabalho escravo – qual a relação com as mulheres, entre outros, que trabalhos que abordam o tema gênero.

No período entre 2010 e 2011, observou-se que as edições publicadas possuíam um cunho mais informativo para as próprias militantes do movimento. Estas informações estavam relacionadas à organização dos encontros da Marcha (como onde seriam realizados os encontros), a importância da Marcha para essas militantes e para as demais mulheres. Já no ano de 2012, observa-se que o olhar das militantes e das comunicadoras da Marcha responsáveis pelas edições, foi além do núcleo somente do movimento. Assim, os boletins e cartilhas abordam diversas temáticas, como a de gênero e outras a ela relacionadas como: política, legalização do aborto, mercantilização do corpo feminino nos meios de comunicação,

sexualidade, cultura, autonomia política, redes de mobilizações, LGBT, violência, entre outras. Foi observado que no período de 2012 a 2015 essas temáticas tomaram força no site e no *blog* do movimento.

Também foram utilizados para a pesquisa, os documentos: Plano Nacional de Política para as Mulheres (PNPM I e II), Balanço do Ligue 180 (disponibilizado no site da Secretaria de Políticas para as Mulheres-SPM), Constituição Federal (1988) e Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) foram imprescindíveis para fomentar a discussão deste trabalho.

Sobre a pesquisa bibliográfica, conforme descreve Severino (2007, p.122) “é aquela que se realiza a partir do registro disponível de pesquisas anteriores, em documentos, impressos como livros, artigos, teses etc”. Neste caso, na pesquisa bibliográfica as investigações e análises decorrem de materiais já trabalhados por outros pesquisadores.

Para o desenvolvimento desta técnica a pesquisa utilizou a base de dados disponibilizadas no Portal CAPES referente a dissertações de mestrado e teses de doutorado, disponíveis no formato on-line (apêndice B). As informações sistematizadas no capítulo 6 contemplam o resultado obtido a partir dos dados coletados. Destaca-se que no período de 2010 a 2015 apenas uma produção foi encontrado, cabe aqui esclarecer que o foco da pesquisa no Portal CAPES era encontrar dissertações e teses que abordassem estudos sobre a MMM.

No que se refere à técnica do questionário, destaca-se que este instrumento foi imprescindível para o referido estudo, pois a pesquisa buscou a participação de representações da MMM em diferentes estados do território brasileiro. Deste modo o questionário foi à forma mais viável para aproximar dos sujeitos envolvidos neste movimento social. Segundo (MARCONI; LAKATOS, 2007, p.98):

O questionário é um instrumento e coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo. Junto com o questionário deve-se enviar uma nota explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do receptor para que ele preencha e devolva o questionário dentro de um prazo razoável.

O questionário utilizado foi de tipo semiestruturado (apêndice C), com perguntas abertas e fechadas, para que os sujeitos pesquisados pudessem livremente responder aos questionamentos, utilizando uma linguagem própria. Conforme Gil (2007, p.129)

correspondem a perguntas fechadas aquelas que “apresenta-se ao respondente um conjunto de alternativas de resposta para que seja escolhida a que melhor representa sua situação ou ponto de vista”. E para as perguntas abertas, Gil (2007, p.131): “apresenta-se a pergunta e deixa-se um espaço em branco para que a pessoa possa escrever sua resposta sem qualquer restrição”. O autor ainda enfatiza a vantagem das perguntas abertas como:

a principal vantagem das questões abertas é a de não forçar o respondente a enquadrar sua percepção em alternativas preestabelecidas. No entanto, questionários com muitas questões abertas frequentemente retornam com muitas delas não respondidas, visto requererem maiores esforços para serem respondidas. Também convém levar em consideração que o processo de tabulação das respostas torna-se muito mais complexo. Recomenda-se, por tanto, que o número de questões desse tipo seja reduzido (GIL, 2007, p.131).

Outra vantagem do questionário se dá pelo fato de que este pode ser enviado via correio eletrônico, facilitando ao pesquisador acessar aos sujeitos em diferentes regiões geográficas sem ser preciso a utilização de gastos financeiros. Para a utilização do questionário foi preciso definir o universo e amostra da pesquisa.

O universo pesquisado correspondeu às lideranças orgânicas da Marcha. Já a amostra da pesquisa foi não probabilística de tipo intencional. Optou-se por uma amostra intencional, selecionada quando o pesquisador quer obter a opinião de pessoas determinadas, não necessariamente do universo todo, mas parte dele. O tipo de amostra trabalhada na pesquisa, foi de tipo não probabilística, este tipo possibilita não fazer generalizações acerca dos interesses do pesquisador que é o de conhecer as opiniões uma parte da população, nem sempre representativa da mesma, sobre a temática que se propôs a investigar (MARCONI E LAKATOS, 1999). Assim, a meta foi de encaminhamento do questionário correspondeu a duas lideranças da Marcha em cada estado brasileiro e do Distrito Federal.

O questionário utilizado (apêndice C) encontra-se dividido entre questões abertas e fechadas. Este instrumento foi enviado para cinquenta e quatro (54) lideranças da MMM, considerando-se os critérios estabelecidos que consistiu em duas (02) lideranças por estado.

Primeiramente, houve o contato via e-mail ao site da MMM, explicando a proposta da pesquisa e sua relevância acadêmica, científica e social. Após este encaminhamento e a compreensão sobre a relevância da pesquisa, uma das coordenadoras da MMM e também presidente da SOF (Sempreviva Organização Feminista) retornou o contato via e-mail

repassando os endereços eletrônicos de cada liderança. Assim, posteriormente, houve contato com as lideranças da MMM por meio de seus e-mails pessoais.

No que se refere ao cuidado ético no processo de pesquisa, ao enviar e-mails para as lideranças da MMM, com o questionário de pesquisa, foi anexado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE (apêndice D) destacando o compromisso ético da pesquisadora com as pessoas pesquisadas. Ao responder o questionário as respondentes manifestaram aceite ao Termo de participação na pesquisa. Destaca-se que a pesquisa foi encaminhada para o Sistema SIPPEE da UNIPAMPA, mas, o tempo de retorno não foi compatível com o período previsto para o seu desenvolvimento, o que inviabilizou o encaminhamento para o Comitê de Ética da Universidade Federal do Pampa.

A técnica do questionário alcançou o objetivo esperado, pois onze lideranças de nove estados: Ceará e Paraíba (duas lideranças), Pará, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso, Bahia e Paraná (com uma liderança por estado), responderam à pesquisa, o que equivale a 33% do conjunto dos estados da Federação. Trata-se de um percentual validado no processo de pesquisa, pois “em média, os questionários expedidos pelo pesquisador alcançam 25% de devolução (MARCONI; LAKATOS, 2007). Os resultados do questionário serão explicitados nos capítulos seis e sete deste trabalho.

Quanto à socialização dos resultados da pesquisa, que também se constitui compromisso ético, destaca-se a apresentação em banca pública do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na Universidade Federal do Pampa, no dia 14 de dezembro/2015. Outra forma de socialização será por meio da elaboração de um artigo contendo os resultados alcançados, o qual será disponibilizado às militantes orgânicas que participaram da pesquisa e divulgado no *site e blog* da Marcha. Também será encaminhado às lideranças da Marcha, síntese do material produzido na pesquisa, o qual poderá ser disponibilizado nas redes sociais, com o devido cuidado ético.

3.6 Análise dos Dados Coletados

Quanto à análise dos dados coletados, Pessôa (2007, p.61) afirma que esta ação constitui “uma etapa essencial para a finalização da pesquisa, pois nessa fase, os dados relevantes são desdobrados, no intuito de possibilitar entendimento ou não do problema pesquisado”. Para dar suporte a análise dos dados desta pesquisa optou-se pela técnica análise de conteúdo. Essa técnica é compatível com o método dialético e contribui para

[...] o desvelar das ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios, diretrizes, etc., que a simples vista, não se apresentam com a devida clareza. Por outro lado, o método de análise de conteúdo, em alguns casos, pode servir de auxiliar para o instrumento de pesquisa de maior profundidade e complexidade, como, por exemplo, o método dialético. Neste caso, a análise de conteúdo forma parte de uma visão mais ampla e funde-se nas características do enfoque dialético (TRIVIÑOS, 1987, p. 159-160).

A partir do tratamento das informações contidas nas falas dos sujeitos, essa técnica é a que permite a melhor análise das informações. Nessa pesquisa foi utilizada a análise de conteúdo através da leitura e da transcrição do questionário. Essa técnica possui diferentes fases (BARDIN, 2004): a pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A pré-análise é a fase da leitura flutuante, em que se deve deixar que as impressões e orientações do texto prevalecessem. Ocorre à preparação e organização do material que será analisado, a escolha dos documentos, a elaboração de hipóteses (ou questões norteadoras) que fundamentam a interpretação final. O preparo do material consiste nos procedimentos desenvolvidos que permitem a realização da análise (recortes de reportagens, transcrição de fitas, fichamentos, etc.) que depois, na fase de exploração do material, são codificados de acordo com regras definidas pelo próprio formulador (BARDIN, 2004).

Deste modo, na pré-análise, a organização e escolha dos materiais pesquisados corresponderam aos boletins *on-line* e cartilhas do movimento disponibilizadas no *site e blog, rede social Facebook* da Marcha. Foram escolhidos estes materiais devido à visibilidade que cada um deles possui no que se refere a grande expansão de informações de forma rápida. Também ocorreu a organização dos documentos a ser pesquisado, tais como a Constituição Federal de 1988, Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres - PNPM, Balanço Ligue 180 (disponibilizado no site da Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM) entre outros, além disto, ocorreu a organização e escolha das bibliografias que proporcionaram embasamento a esta pesquisa.

A Exploração do material é a fase em que se realiza a codificação dos dados coletados. Nessa etapa, podem surgir categorias empíricas oriundas da pesquisa de campo. A exploração do material, nesta pesquisa, ocorreu através da formulação de quadros sínteses (apêndices A e B), classificados ano a ano (aqui vale ressaltar que o período da pesquisa correspondeu aos anos de 2010 à 2015).

Para o desenvolvimento dessa fase no processo de análise de dados foram utilizados os quadros-sínteses (apêndice A e B) e logo em seguida houve a leitura flutuante de todos os dados obtidos e posterior categorização, inferência, análise dos dados e sistematização dos resultados, os quais serão apresentados nos capítulos que seguem.

4 A FORMAÇÃO DO PATRIARCADO NA SOCIEDADE BRASILEIRA E OS PAPÉIS ATRIBUÍDOS ÀS MULHERES E HOMENS

Ao analisar a formação sociohistórica da sociedade brasileira, esta foi construída na escravidão, no conservadorismo e nas relações patriarcais advindas da colonização européia, portuguesa e espanhola. O modelo de colonização estava centrado no homem, exercendo seu papel de autoridade nas relações familiares e na sociedade propriamente dita (SANTOS, 2011). Esse papel de autoridade é derivado da propriedade privada que atribuía aos homens o poder as suas terras e posses, bem como, poder sobre a chefia da família.

Cabe salientar que essa diferenciação de papéis atribuídos aos homens e as mulheres é verificado por Engels (2002), a partir da origem da família monogâmica, que foi o primeiro tipo de família que não se baseava nas condições naturais, mas sim, nas condições econômicas.

A família monogâmica baseia-se no domínio do homem; sua finalidade expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível, e exige-se essa paternidade indiscutível porque os filhos, na qualidade de herdeiros diretos, entrarão, um dia, na posse dos bens de seu pai. A família monogâmica se identifica por sua solidez nos laços conjugais, que não podem ser rompidos por vontade de qualquer das partes. Agora, como regra, só o homem pode rompê-los e repudiar sua mulher (ENGELS, 2002, p. 62).

A monogamia é caracterizada por ser um processo histórico que perpetua até os dias atuais e que se identifica claramente nesse modo de composição familiar a opressão realizada pelos homens e que atinge diretamente a mulher. Essas opressões se expressam pelos tipos de violência física, sexual, psicológica, pela subalternidade, pela discriminação por exemplo. Pelo fato da monogamia ser estruturada nas condições econômicas para as composições familiares, também se salienta o triunfo da propriedade privada, em que o poder estava nas concentrações de grandes riquezas e que eram passadas de geração em geração, mas sempre passada ao homem chefe da família o poder de administrar as posses herdadas.

O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classe, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande processo histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem estar e o desenvolvimento de uns se verifica às custas da dor e da repressão de outros (ENGELS, 2002, p.66).

A partir da reflexão de Engels (2002), percebe-se que o surgimento da família monogâmica acarretou em um processo de opressão, principalmente para a mulher, do qual devia sua subalternidade ao homem, sucumbindo ao mesmo todas as suas vontades. Com o surgimento da monogamia nas relações sociais, baseada no matrimônio através das condições econômicas, foi se fortalecendo as relações patriarcais.

O poder do patriarcado ia muito além das relações de autoridade sobre os familiares e em especial a esposas e filhas, o patriarcado neste período de colonização impunha seu poder principalmente sobre os escravos (as) que na condição de submissão eram obrigadas a ter relações sexuais com os “seus proprietários”, bem como, as agressões sofridas por estes. Ou seja, o homem cordial, aquele que conseguia dominar tudo e a todos (as), contribuiu na formação histórica do país, através do poder exercido sobre o “outro (a)”, seja na dominação e violência exercida no núcleo familiar ou fora dele, implicando também no poder do homem na sociedade, bem como na violência que estes praticavam (HOLANDA, 1995). Um exemplo disto à violência sexual e agressões físicas com os escravos (as) como citados anteriormente. Todo esse processo segue se reproduzindo até os dias atuais por meio das diversas formas de violência, não só no núcleo familiar como, também, nos demais espaços da sociedade. Conforme Holanda (1995, p.85):

A família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se hão de calcar, na vida política, as relações entre os governantes e governados, entre os monarcas e súditos. Uma lei moral inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos homens, pode regular a boa harmonia do corpo social, e, portanto deve ser rigorosamente respeitada e cumprida.

Verifica-se que além do homem exercer seu poder dentro do conjunto familiar, o homem também usufrui de seu poder a exercer na sociedade como um todo, perpassando pela vida política caracterizada por sua influência, neste caso cita-se o exemplo dos homens detentores dos meios de produção, de posses, ou seja, os homens da classe burguesa como “influência” na sociedade, e por sua condição de apropriar-se da violência e da exploração para que fosse respeitado. Mas também cabe destacar, os demais, pois estes também cometiam violência e opressões contra as mulheres. E assim se construiu o modelo do patriarcado no Brasil.

Considerando as transformações ocorridas no Brasil, onde o modelo econômico agroexportador o “latifúndio de monocultura extensiva tendo em vista a exportação, que

permaneceu inalterado e, durante boa parte de nossa história, hegemônico, dando o tom do lugar que o Brasil iria ocupar na divisão internacional do trabalho capitalista” (PRADO JÚNIOR, 2004 *apud* SANTOS, 2008, p.59). O modo de produção dominante no Brasil se dava pelo escravismo onde a força de trabalho contribuiu para o enriquecimento dos donos dos meios de produção por serem vistos como mão-de-obra barata. A evolução econômica no país tanto na produção, como também cultura e embora vista por seu “atraso” econômico passou por transformações tornando-se um modelo urbano industrial. Isto aconteceu devido a necessidade de implementar maquinários nas produções, tudo devido ao crescimento nas produções e do lucro obtido através de uma mão-de-obra barata, assim contribuindo com a acumulação do capital (SANTOS, 2008).

A partir das transformações econômicas ocorridas, ou seja, a transição de um modelo de monocultura agroexportador para o modelo urbano industrial, a mulher passou a desempenhar outras tarefas além dos cuidados da casa. Com a participação da mulher nas fábricas no século XX, suas tarefas eram duplamente realizadas, primeiramente no cuidado da casa, como referido anteriormente e, posteriormente, a extensão das tarefas da casa era de atuar também como força produtiva no mercado de trabalho. Mesmo inserida no mercado de trabalho, a mulher ainda dependia economicamente da renda do marido, e assim a sociedade continuava a reproduzir as relações patriarcais na sociedade (IOP, 2009, p.243- 244).

Cabe destacar que com a inserção da mulher no mercado de trabalho, as diferenças econômicas e sociais ainda continuavam presentes, além da submissão ao marido à mulher também estava submetida ao poder do proprietário dos meios de produção.

Se antes o grande explorador da mulher era o próprio marido, agora, com a consolidação do sistema capitalista, a exploração, opressão e subjugação passam para as mãos dos donos dos meios de produção, com o consentimento do Estado (IOP, 2009, p.246).

O consentimento do Estado se dava a partir da necessidade de mão de obra barata. A inserção da mulher no mercado de trabalho fortalecia os laços de exploração do homem sobre a mulher. Identifica-se que a posição da mulher sempre foi inferior a do homem no sistema capitalista, por exemplo, as desvantagens no trabalho quando sua função se igualava ao do homem, porém o valor da sua força de trabalho era inferior. Essa inserção da mulher no mundo do trabalho e sua condição de submissão relacionam-se diretamente com a questão social, pois se sabe que muitas mulheres se inseriam no trabalho tentando “escapar” das condições em que viviam, por exemplo, como situação de miséria, fome, do desemprego (e nisto inclui o

desemprego do próprio esposo/marido). Para os donos das forças produtivas tornava-se muito mais rentável inserir as mulheres nas fábricas e assim explorando toda sua força de trabalho por um valor bem mais inferior do que pagaria aos homens.

E assim a força produtiva dos homens era substituída gradativamente pela força produtiva das mulheres no mercado de trabalho. Essa substituição como já dito anteriormente causada pelo barateamento da força produtiva feminina. O papel das mulheres em relação aos homens no trabalho ocorria por meio de disparidades, primeiramente quando se inseriu no mercado de trabalho, longas jornadas de trabalho, se igualando ao trabalho realizado pelo homem, mas com salários inferiores, e também pela dupla jornada, ou seja, o trabalho dentro e fora de casa. Ricardo Antunes (1999) ao analisar a condição das mulheres na sociedade capitalista, evidencia o caráter de classe, ou em outras palavras, o “jogo” de interesses por trás dos modelos de gêneros estabelecidos. Em suas palavras:

A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato de trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer no espaço público seu trabalho no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos (as) e de si própria. Sem essa esfera de reprodução do sistema do metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas (1999, p.108-109).

Essas implicações tornam-se determinante para a exploração do homem e do capital sobre as mulheres. Deste modo, a não valorização do trabalho exercido pelas mulheres fez com que as mesmas percebessem suas situações como “duplamente” trabalhadoras, e assim algumas mulheres passaram a construir sua identidade como classe. Toledo (2001) ao escrever sobre gênero expressa a determinação da posição de classe na divisão entre mulheres:

O gênero é tudo aquilo que une as mulheres, tudo o que lhes é comum e próprio do gênero feminino. Mas, infelizmente (...) a verdade é que as mulheres estão irremediavelmente divididas dentro do sistema capitalista. Não porque queiramos, mas porque vivenciamos vidas diferentes. A mulher burguesa não tem nada a ver com a mulher operária e trabalhadora, com a mulher pobre das periferias das grandes cidades, das favelas e do campo. A cada dia se aprofunda o abismo entre elas, e isso porque suas condições materiais de vida ficam cada vez mais diferenciadas. O que as leva a vivenciar o que é próprio do gênero feminino (aquilo que as une) de maneira diferente. Ser mulher para umas é bem diferente de ser mulher para outras. A mulher burguesa por mais oprimida que seja como mulher, não tem dupla jornada, não passa o dia trabalhando, não tem de lutar por sua sobrevivência. Ela não é explorada. Pelo contrário. Explora outras mulheres e homens (2001, p. 9-10).

Portanto, após compreender a divisão existente entre as condições de classe sociais entre as mulheres e mesmo reconhecendo que embora exista a diferença entre a mulher burguesa e a operária, todas vivenciaram alguma forma de opressão, violação de direitos, subalternização e violência. Porém evidencia-se que as mulheres trabalhadoras sofrem muito mais as opressões e discriminações no conjunto familiar ou fora dele, na sociedade como um todo, do que a mulher burguesa. Evidenciou-se que ao tomar conscientização da condição de subalternização que sofriam, essas mulheres começaram a reivindicar seus direitos. Primeiramente, dentro dos próprios movimentos sindicais das classes trabalhadoras e logo após começam a se organizar em forma de movimento com um cunho social e político, que visava o direito a melhores condições de trabalho e o fim da discriminação nas relações de gênero. Além das dificuldades enfrentadas por trabalhadoras e/ou donas de casa submissas e exploradas pelo homem e pelo capital, também cabe salientar os avanços conquistados pelas mulheres, no Brasil, através de suas reivindicações e lutas de classe, podem ser destacados:

Em 1917, Deolinda Dalto liderou uma passeata no Rio de Janeiro, reivindicando ao voto das mulheres. No ano seguinte, Berta Luz na época secretaria municipal do Museu Nacional do Rio De Janeiro, propôs a criação de uma Associação de Mulheres, visando intensificar a luta pelo voto. Diante da pressão em favor do voto feminino, em 1932 o governo Getúlio Vargas promulgou o novo Código Eleitoral, garantindo, finalmente, o direito à mulher de votar. [...] Algumas inovações em relação à mulher foram afirmadas pela Constituição de 1946, que estabeleceu o direito a aposentadoria à mulher com 35 anos de serviço ou 70 anos de idade. [...] Em 1967, o governo militar elaborou uma constituição que reduziu o prazo de 35 anos para 30 anos de contribuição para a aposentadoria da mulher. Na evolução dos direitos das mulheres, em 1977 é criado a Lei do Divórcio Lei nº 6515 de 26 de Dezembro de 1977. Em 1979, surge um novo instrumento internacional de proteção aos direitos das mulheres. Trata-se da Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, cujo foco é eliminação da discriminação e a garantia da igualdade. Em 1988, as mulheres obtiveram importantes avanços na Constituição Federal, garantindo igualdade a direitos e obrigações entre os sexos perante a lei. Em 1996, o Congresso Nacional incluiu o sistema de cotas na Legislação Eleitoral, obrigando os partidos a inscreverem um mínimo de mulheres como candidatas. (MATOS; GITAHY, 2007, p. 74-90).

Percebe-se que as conquistas das mulheres ocorrem de modo gradativo, e muitas delas resultam de permanentes reivindicações. Apesar do direito ao voto feminino ser considerado uma conquista, é importante situar que esse direito era restrito às mulheres casadas e com a concessão do marido, ou às mulheres solteiras que possuíssem meios próprios de renda. Já nos dias atuais, é possível citar como um dos marcos mais importantes dos avanços das mulheres no século XXI, a criação da Lei Maria da Penha nº 11.340 de 07 de agosto de 2006.

Contraditoriamente, a Lei Maria da Penha, também se caracteriza como um condenamento posto pela Corte Internacional de Direitos Humanos, ao Brasil, visto que até aquele momento não havia pronunciamento oficial a respeito do tema. O reconhecimento da Lei pela Corte Internacional ocorreu após uma mulher (Maria da Penha) e um grupo de pessoas, recorrerem a esta instância solicitando medidas legais de enfrentamento à todas as formas de violência doméstica vivenciadas pelas mulheres. Esta Lei esta visa aumentar o rigor das punições a crimes domésticos, sejam eles de natureza física ou psicológica à mulher. Assim, contribui para que a violência contra a mulher deixe de ser tratada como um crime de menor potencial ofensivo.

A Lei também acaba com as penas pagas em cestas básicas ou multas. Engloba além da violência física e sexual, também a violência psicológica, a violência patrimonial e o assédio moral (BRASIL, 2006). A Lei Maria da Penha é conhecida como um avanço na luta das mulheres frente às agressões sofridas sejam elas sexuais ou psicológicas, nas palavras de (BEIRAS, *et al* 2012, p.39):

Chama-nos a atenção que a Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340, 2006), de certo modo, reconhece que para intervir no contexto da violência doméstica e familiar contra as mulheres, a partir da perspectiva de gênero, é preciso implementar ações que possam também incluir os homens. Porém as ações propostas na Lei apresentam algumas lacunas: (a) não fazem nenhuma alusão a trabalhos de prevenção com população masculina; (b) não apresentam uma definição clara sobre a estrutura e organização dos centros de atendimento aos autores de violência, cuja finalidade, conforme a lei seria “educação e reabilitação” (segundo o artigo 35 da Lei) ou “recuperação ou reeducação” (segundo artigo 45 da Lei).

É necessário ainda rever as condições materiais para sua efetiva implementação, para que ocorram melhorias em prol da vida de mulheres que sofrem constantemente os mais diversos modos de violência. A participação das mulheres neste cenário é de suma importância, pois é através das mobilizações e reivindicações em espaços de decisões políticas e econômicas, que é possível ampliar avanços e conquistas para as mesmas.

Por fim, como já dito anteriormente, são avanços históricos do espaço da mulher em uma sociedade capitalista e patriarcal que se constitui como opressora ao que se refere às relações de gênero e que caracteriza a mulher ao papel da submissão e da discriminação de diferentes formas na sociedade. Para compreender como os movimentos sociais e movimentos feministas contribuíram para a visibilidade e direitos sociais, culturais e político das mulheres segue no próximo capítulo o modo como se delineou este processo.

5 BREVES NOÇÕES SOBRE A ORIGEM DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS (NMS) E O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL

Neste capítulo apresentam-se breves noções sobre a origem dos movimentos sociais, destacando as diferentes concepções dos movimentos clássicos. O objetivo não é um estudo aprofundado sobre os movimentos sindicais que se destaca neste capítulo, mas uma reflexão da organização e importância deste para a contribuição das primeiras organizações de movimentos sociais e também dos chamados novos movimentos sociais em que se inserem os movimentos feministas.

A construção da consciência de classe do proletariado, referente ao modo de produção capitalista – MPC que perpetua até os dias atuais contribuiu para o surgimento, primeiramente, dos movimentos sindicais e posteriormente dos movimentos sociais.

“O termo “capital” no MPC tem sido usado de diversas formas, nem sempre adequadas, capital humano, capital social, capital intelectual” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.77), para conceituar o capital como uma categoria peculiar do sistema capitalista. Em síntese, o sistema capitalista se expressa pelas contradições entre o capital e o trabalho, conforme refere (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.79):

...nessa relação entre o capital (proprietários dos meios de produção e trabalho (meros possuidores da força de trabalho), o trabalhador é despojado do produto do seu trabalho excedente (mais-valia); isso caracteriza uma *relação de exploração*: a apropriação privada pelo capital, da mais-valia produzida pelo trabalhador.

As relações então estabelecidas no MPC caracterizam-se pela exploração e alienação, formando assim divisões de classes, a classe burguesa e a classe proletariada/trabalhadora. A partir da tomada de consciência das condições que a classe trabalhadora vivenciava, tais como extensas horas de trabalho, baixos salários, condições desumanas de trabalho, entre outros, os trabalhadores passaram a se organizar em protestos e reivindicações por melhores condições de vida e de trabalho. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). E pelo fato das relações no MPC se estabelecerem por exploração e alienação, nesse sentido também cabe destacar a classe burguesa (exploradora). Essas duas classes se contrapõem em suas ideologias “burguesa/conservadora” e “proletária/revolucionária”. “Os valores, as ideias e as visões de mundo são diferentes, e até contraditórios. Se à burguesia interessa a exploração da força de trabalho, à classe trabalhadora isso lhe oprime” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.106).

Deste modo, se estabelece os conflitos entre as classes. Cada uma atendendo aos seus interesses, uma classe se apropriando da riqueza produzida pelo trabalho alheio e a outra classe que fornece a força produtiva e que busca através das reivindicações transformarem a realidade de si e de toda classe operária.

Marx (1977 *apud* Montañó; Duriguetto, 2011) para explicar a tomada de consciência por parte dos trabalhadores diferencia duas dimensões da constituição de classes, a “classe em si” e a “classe para si”. Essa tomada de consciência por parte da classe trabalhadora se deu a partir dos conflitos existentes com a classe burguesa e dona dos meios de produção. As condições de vida e de exploração nas fábricas contribuíram então para a classe trabalhadora se organizar em prol de condições mais justas de vida e no trabalho. Segundo (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.99):

A “classe em si” é constituída pela população cuja condição social corresponde a determinado lugar e papel no processo produtivo, e que, independentemente de sua consciência e/ou organização para a luta na defesa de seus interesses, caracterize uma unidade de interesses comuns em oposição aos de outras. Não representa necessariamente um momento “imaturo” da formação das classes, mas uma dimensão da sua constituição e da análise social. “Classe em si” remete à mera existência de uma classe. [...] A “classe para si” caracteriza outra dimensão possível de constituição e de análise de classe. Conformam uma classe para si aquela que, consciente de seus interesses e inimigos, se organiza para a luta na defesa destes.

Pode-se dizer então que essas duas dimensões simbolizam não só um antes e depois da tomada de consciência do trabalhador em relação às condições de exploração em que se encontram. Mas caracterizam-se como uma relação de dialética no desenvolvimento das classes, pois estas se encontram em processo de transformação cotidianamente da realidade vivenciada por cada sujeito. Conforme refere (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 98) “a consciência das pessoas, sobre a realidade que faz parte das suas vidas, está determinada pela própria realidade”.

Ao tomar consciência da realidade social em que os trabalhadores eram os atores centrais deste processo, deu-se início ao que Montañó; Duriguetto (2011) classificam como consciência sindical e consciência reivindicatória.

A “consciência sindical” é aquela que atinge como máximo um nível reivindicatório, e se desenvolve no trabalhador organizado em sindicatos, sem dispor de conhecimento científico e crítico da realidade social. Forma-se aqui a *consciência em si*, como superação parcial da alienação. A consciência- em- si desenvolve uma crítica imediata, vivencial, espontânea, a partir da experiência direta dos sujeitos, sem conseguir desvendar as leis da ordem e do capital. Na vida cotidiana, na fábrica ou

outros espaços coletivos, ao se relacionarem entre si e constituírem grupos, os indivíduos percebem a identidade das suas situações. A situação percebida como individual agora é vista como coletiva, comum. Ao identificar as semelhanças das condições de vida, ou de algum aspecto dela, os indivíduos podem desenvolver uma *identidade* e uma *consciência reivindicatória*, que deriva numa *ação grupal reivindicatória*. Um exemplo típico é a consciência sindical e a luta sindical, em que o trabalhador organizado em sindicatos, a partir das condições e valores hegemônicos (da ordem capitalista), luta pelas melhores condições de venda da sua mercadoria “força de trabalho” (salário, direitos trabalhistas, condições de trabalho, etc.). A consciência sindical promove a “luta sindical”, uma luta que, sem ultrapassar o plano reivindicatório, torna-se claramente *reformista*; isto é sem conseguir desvendar e compreender as leis que governam o MPC, a luta sindical visa, na preservação da ordem social, sua lógica e fundamentos, às alterações nas condições de compra e venda da força de trabalho, visa a melhores condições para a exploração da força de trabalho, não sua superação (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.103).

Os autores Montaño; Duriguetto (2011) ao se referirem ao pensamento Lênin (1961) reforçam que para além deste exemplo, existem outros grupos de reivindicações e movimentos, tais como: questões de gênero, ecológicas, por demandas comunitárias, entre outras. As lutas sindicais como ditas anteriormente, tornam-se meramente reivindicatórias, pelo fato que se desenvolvem apenas na esfera econômica, e que perseguem um objetivo, mas de modo que não venha alterar a lógica da ordem do capital. São lutas meramente espontâneas e reformistas, mas que as lutas de classes deveriam atingir um patamar de lutas políticas (Montaño; Duriguetto, 2011). E seguido na lógica de pensamento destes autores, os mesmos enfatizam que a partir disto, as lutas revolucionárias têm em seus objetivos perseguir o fim da superação do MPC.

Só se pode compreender essa categoria a partir das contradições e leis de desenvolvimento desse modo de produção. Portanto, essas lutas de classe dependem: do nível de “consciência de classe”, da organização dos trabalhadores (particularmente sindicatos e partidos), da definição das táticas e estratégias de lutas, da correlação de forças sociais, do papel do intelectual (orgânico) e do partido político (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.116).

Portanto, pensar em lutas de classes sindicais/ reivindicatórias /revolucionárias é pensar na tomada de consciência de classes e isto contribui para a composição das “lutas sociais”. Assim, estas estão presentes diretamente nas contradições existentes entre o capital e o trabalho e nas suas manifestações (refrações da “questão social”), configurando formas e espaços das lutas de classes (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.117).

Após explicitar o modo como ocorreu o processo de construção de consciência de classes, e de suas condições, passamos para a historicidade dos movimentos sociais, pelo qual se enfatiza como uma das temáticas deste trabalho.

Os movimentos sociais têm origem nas lutas e reivindicações da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho e jornada de trabalho nos países europeus e da América do Norte. Também se caracteriza como um processo de lutas e resistências, principalmente ao modo de produção capitalista. O conceito de movimento social pode ser definido conforme (GOHN, 2006, p.44) como:

ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Os movimentos sociais adquirem um caráter sociopolítico, pois buscam em suas ações darem visibilidades aos problemas enfrentados por diferentes classes e camadas sociais e assim buscam superar essas diferenças. Cria-se uma identidade coletiva ao movimento, pois os interesses são os mesmos destes que se organizam e reivindicam suas demandas.

No Brasil, o surgimento dos movimentos sociais deve considerar, em especial, duas categorias históricas. A primeira refere-se à formação histórica que se deu primeiramente pelo período colonial escravocrata, baseado na monocultura agroexportadora, e a partir século XX o início do processo de industrialização, mas de forma parcial (GOHN, 2006).

Em um segundo momento, conforme (GOHN, 2006), o tipo de Estado nacional resultou de lutas internas em que a maioria das elites políticas era representante dos interesses econômicos subordinados ao grande capital internacional. Destaca-se que nesse período a maioria das colônias que haviam passado por fases monárquicas, agora vinha a se tornar república.

Desde a segunda metade do século XIX, o Brasil já tinha o trabalho assalariado e formas de organizações coletivas de trabalhadores. É no período da República Velha (1889-1930) que temos a constituição não só do movimento operário, mas também da própria classe trabalhadora no Brasil. [...] Um dos elementos fundamentais para a formação da classe trabalhadora no país foi à vinda de operários imigrantes europeus (que já haviam tido contato com as lutas operárias em seus países), a partir do século XIX. Suas influências incidiram nas concepções políticas e ideológicas dos

trabalhadores brasileiros e nas formas de organização de suas lutas, em especial, *os anarquistas* (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.234).

É importante ressaltar que a vinda dos imigrantes para o Brasil, como dito anteriormente, contribuiu para a formação das primeiras formas de movimentos da classe operária. Além de trazerem para o país sua força produtiva, contribuíram nas organizações sindicais para o impulso das lutas que advinha das péssimas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, das longas jornadas de trabalho, por locais e condições de moradias, entre outros. A seguir destacam-se algumas das primeiras conquistas dos trabalhadores:

A ausência de direitos mínimos refletia nas reivindicações dos partidos operários criados ao longo da República Velha. A primeira regulação da vida associativa dos operários ocorreu com um Decreto promulgado em 1907. Com ele, cria-se o direito de associação sindical para todas as profissões. [...] as primeiras formas de organização dos trabalhadores foram as *Associações de Socorro e Auxílio Mútuo* (com fins assistenciais) e as *Ligas ou Uniões Operárias* (que com o advento da indústria buscavam reunir os operários por ramos de atividades, mas já com objetivo de luta em defesa de interesses comuns). Muitas destas Ligas deram origem às organizações sindicais. A criação da *Confederação Operária Brasileira* foi a primeira tentativa de construção de uma central sindical. [...] Dos fins do século XIX aos anos 1920 do século passado, três correntes políticas tiveram influência, em grau variável, na direção das organizações sindicais no Brasil: *o anarcossindicalismo, os reformistas e os sindicatos amarelos*: a) a concepção anarcossindicalismo (então hegemônica) recusava a existência de um partido político da classe operária e a via eleitoral e parlamentar. Concebia os sindicatos como órgãos revolucionários e defendia o caminho para a revolução, que geraria uma sociedade sem classes e sem Estado. [...] b) os reformistas rejeitavam a ideia de sindicatos como órgãos revolucionários, defendiam a transformação gradativa da sociedade capitalista através da conquista de direitos que seria obtidos através da “pressão sobre o Estado” e da luta parlamentar; c) os sindicalistas amarelos, defendiam a conciliação entre o capital e o trabalho e a dependência em relação ao Estado (ANTUNES, 1985 apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 235).

Portanto, essas três correntes apresentaram influência no campo das organizações sindicais e das lutas da classe operária. Nesse período (1920) destaca-se entre as conquistas dos trabalhadores, a regulamentação da legislação trabalhista que atingia os setores centrais da economia agroexportadora, ou seja, os ferroviários, marítimos e portuários. E no ano de 1921 a criação do Conselho Nacional do Trabalho (Montaño; Duriguetto, 2011).

Ainda destacando o movimento operário segundo Montaño; Duriguetto (2011, p.236) “é a partir de 1930 que se consolidou o controle do movimento operário, com a criação do Ministério do Trabalho, que passa a incorporar os sindicatos no aparelho estatal e a formular

uma política que os defendia como órgãos de cooperação e colaboração com o Estado”. Alguns marcos importantes deste período destacam-se como:

A criação da Lei de Sindicalização de 1931, que estabelecia o controle financeiro do Ministério do Trabalho sobre os recursos dos sindicatos [...] Temos a criação em 1934, de uma Frente Única Sindical (FUS) com direção dos comunistas; em 1935 a Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB), no mesmo ano também a formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) mais tarde [...] o Estado Vargas desfechou um violento ataque ao levante da ANL, chamado pela direita de “Intentona Comunista”. Foi decretada a lei de Segurança Nacional (LSN). Lideranças sindicais e operárias foram presas, torturadas, deportadas e mortas. [...] Neste contexto, foi instituído o Estado Novo (1937-1945) e intensificou-se a repressão, o controle e a cooptação de dirigentes sindicais e trabalhadores combativos (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.237-238).

Pode-se dizer que a política de Vargas, principalmente no período do Estado Novo estava voltada no sentido de manipular a força política do operariado que na época se reformava. E com isto, visava reprimir e combater os movimentos políticos que se desenvolviam a partir dos operários. Outros marcos importantes desta época foram:

em 1943, Vargas reúne e sistematiza a legislação social da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); No campo de organização sindical é criado o Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT) em 1945; Em 1946 é criada a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) em substituição ao MUT. [...] Em 1950 Vargas retorna ao poder. Neste novo governo, Vargas trazia um “discurso voltado para a grande massa dos trabalhadores urbanos, com forte apelo nacionalista e trabalhista”. Neste período, ocorreu o aumento da mobilização dos trabalhadores: centenas de greves foram realizadas em 1951 e 1953. [...] Já no governo Goulart (1961-1964), as intensas lutas e mobilizações sociais deram curso a uma imensa mobilização da classe trabalhadora no meio urbano e rural. Neste período, no campo de organização sindical, temos a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT); em 1962 a legalização dos sindicatos rurais (criados em 1954), originando a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (Contag) (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 238-239).

A atuação dos movimentos sindicais no Brasil se consolidou e também se fortaleceu após o período ditatorial de 1964. Foi nos anos de 1980 com o surgimento do partido dos Trabalhadores (PT) e o surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 que a atuação dos movimentos sindicais ganha visibilidade. É relevante ressaltar que enquanto o PT se organizava no centro industrial de São Paulo com suas manifestações sindicais, também surgia o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), apresentando assim um novo modelo de organização.

Movimentos de luta pela terra e greve dos “bóias-frias” – nome pelo qual são conhecidos os trabalhadores rurais com serviços temporários e sem contratos de trabalho – eclodem no início década, além do avanço do sindicalismo rural, que se desenvolveu com forte presença da esquerda católica, que influenciou o nascimento do MST, e o avanço de organização nos locais de trabalho, através da criação de comissões de fábrica. [...] Referente ao PT, o mesmo, passou a representar, no início de sua trajetória, um instrumento político de expressão de interesses da classe trabalhadora, tendo nos interesses dessa classe a referência central para um projeto de transformação da sociedade (MONTAÑO; DURIGUETO, 2011, p. 243).

Essas novas organizações sindicais contribuíram em suas pautas e de sua consciência reivindicatória, sejam elas, no campo ou nas fábricas, mas com objetivos comuns, quanto à luta por melhores condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e a transformação da realidade social no qual estavam inseridos. Essa consciência reivindicatória contribuiu para o surgimento dos então chamados movimentos sociais. Estes podem ser compreendidos como um fenômeno essencial porque são resultados de conflitos entre as classes e o Estado e que busca alcançar um objetivo ou uma mudança social (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

GOHN (2010) destaca que a presença dos movimentos sociais na história do país é constante, onde perpassa por ciclos, resistências e rearticulações a novas forças sociopolíticas em ação. O reconhecimento dessa força sociopolítica impulsiona a novas mudanças sociais. Desde modo, os movimentos sociais a partir dos anos 1990 deram início a outras formas de organizações populares que ficaram conhecidas “novos movimentos sociais”, surgidos no século XX e que conforme (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.248) tem por vezes o objetivo ou a função de “ser um complemento das lutas de classes dos movimentos clássicos (somando-se a essas lutas), e outras vezes são vistos como alternativos aos movimentos de classes tradicionais e aos partidos políticos de esquerda (substituindo tais lutas)”.

Para caracterizar essa mudança Gohn (2010, p.42) cita como ocorre essa mudança dos antigos movimentos sociais (reivindicatórios) para os então chamado novos movimentos sociais:

A partir dos anos de 1990, nova política de distribuição e gestão dos fundos públicos, em parceria com a sociedade organizada, focalizada não em áreas sociais (como moradia, saúde, educação, etc.), mas em projetos pontualizados, como crianças, jovens, mulheres etc., contribuíram para desorganizar as antigas formas dos movimentos com suas demandas e reivindicações. A palavra de ordem dos novos projetos e programas passou a ser: ser propositivo e não apenas reivindicativo, ser ativo e não apenas um passivo reivindicante. Muitos movimentos se transformaram em ONGs ou se incorporaram às que já os apoiavam.

Deste modo, novas formas de reivindicar passaram a ocorrer, ou seja, as mobilizações até então presente nas ruas passam a agir dentro dos espaços organizativos das ONGs, possibilitando a população a participar na criação de programas e também de projetos sociais. “Em vários casos, o militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais” (GOHN, 2010, p.42).

Consequentemente, pode-se dizer que o cenário dos movimentos sociais na sociedade brasileira, mais especificadamente os movimentos sociais populares são exemplos básicos de agentes estruturantes de novas ações coletivas em prol da transformação sociais e políticas na sociedade. Por exemplo, o que era somente um eixo de questão urbana, se desdobra em questão de moradia, violência urbana, prestação de serviços públicos etc., (GOHN, 2010, p.44). Nesse novo cenário dos novos movimentos sociais, surgiram movimentos em torno da “questão do meio ambiente, movimentos referentes a questão da fome, movimentos identitários e culturais: gênero, etnia, entre outros novos movimentos sociais”.

É no contexto dos novos movimentos sociais que se encontra inserido os movimentos feministas, que surgem com suas pautas em torno da questão de gênero, dos direitos civis e políticos para as mulheres e do fim das diversas formas de opressão. Conforme (CISNE; GURGEL *apud* MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.284-285):

Desde as suas primeiras expressões como sujeitos políticos, empreendeu lutas de enfrentamento aos elementos estruturantes do sistema patriarcal- capitalista, como a propriedade privada, bem como confrontou “com o papel ideológico-normativo de instituições como Estado, família e igreja na elaboração e reprodução dos valores, preconceitos e comportamentos baseados na diferença biológica entre os sexos”.

Ou seja, os movimentos feministas vêm a contrapor ao modelo de sociedade patriarcal e conservadora para que as mulheres pudessem ter o livre direito de ir e vir, bem como a liberdade de expressão, liberdade sobre seu próprio corpo.

Os movimentos feministas têm por característica a luta contra todas as formas de opressão, de discriminação e subalternidade que as mulheres vivenciam, e deste modo visando à igualdade de gênero, liberdade e autonomia (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.285). Ao fazer parte dos chamados novos movimentos sociais, o movimento feminista conquista seu espaço como organização política, que visa, entre outros objetivos, o reconhecimento dos papéis atribuídos às mulheres e a conquista e garantia de direitos sociais e políticos para as mesmas.

No contexto do surgimento dos novos movimentos sociais, identifica-se o movimento feminista como participante do novo cenário de lutas e reivindicações que não estão apenas baseadas nas condições de trabalho, mas sim, de novas demandas, por exemplo, como já dito anteriormente a questão da violência, das condições de moradia, igualdade de gênero, dentre outras. Segundo Gohn (2008, p.133):

As mulheres são a maioria nos movimentos feministas, nos movimentos populares de lutas por melhores condições de vida e trabalho, nas redes e nos fóruns transversais que ultrapassam as fronteiras nacionais. Nos movimentos organizados segundo a temática do gênero, as mulheres se destacam por serem as que têm tido os maiores índices de participação e de organização de suas demandas em entidades associativas. [...] Apesar dessa presença toda, existe uma invisibilidade da atuação das mulheres, o que justifica a centralidade que será dada aos movimentos e práticas coletivas das mulheres. [...] Categorias sociais que estiveram até agora em situação de exclusão socioeconômica e inferioridade na escala de prestígio social, tal como tem ocorrido historicamente com a categoria “mulher”, têm formado movimentos sociais para se libertar.

Para que se possa compreender a atuação do feminismo no contexto dos movimentos sociais, faz-se necessário verificar sua historicidade. O feminismo ressurgiu num momento histórico em que outros movimentos de libertação denunciavam a existência de formas de opressão que não se limitam ao econômico (ALVES; PITANGUY, 2003).

O movimento feminista, segundo (CISNE, 2009, p.68) começou “a partir de uma tomada de consciência de uma opressão específica: tornou-se ‘evidente’ que uma enorme massa de trabalho era realizada pelas mulheres, que esse trabalho era invisível, que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal”.

Pode-se dizer que o feminismo é um movimento que surgiu no contexto das ideias transformadoras da Revolução Francesa, em torno da demanda por direitos sociais e políticos para as mulheres e suas principais pautas eram baseadas, na divisão sexual do trabalho, nas opressões vivenciadas pelas mulheres e na igualdade de gênero (SAFIOTTI, 2004). Ademais, o movimento feminista encontra-se enraizado nas contradições da sociedade, nascidas tanto do desenvolvimento do capitalismo como da persistência, até hoje, da dominação masculina. As mulheres se mobilizaram reivindicando igualdades sociais, as injustiças em que eram vítimas, reivindicando ao mesmo tempo o direito ao trabalho, à educação, ao voto e também a “maternidade livre” desde o começo do século XX (CISNE, 2014).

Torna-se pertinente situar as duas categorias que diferenciam o movimento de mulheres e movimentos feministas. Contudo a luta de ambos os movimentos se confluíram em diversos momentos da história. Referente o movimento de mulheres, este se caracteriza

como mais numeroso, mas quase invisível enquanto movimento de ou das mulheres. O que aparece aqui é a visibilidade da demanda da qual são portadoras. Exemplos destas demandas podem ser: creches, vagas ou melhorias nas escolas, postos e equipamentos para a saúde. As demandas atingem toda a população, mas que as mulheres tornam-se as protagonistas (GOHN, 2010).

Já aos movimentos feministas Gohn (2010, p.90) afirma que “as feministas estão envolvidas nos debates e na organização do campo feminista, interferem nas políticas, participam das coordenadorias e das políticas sociais”. Para além disto:

Elas têm visibilidade, têm voz e dão voz às mulheres, multiplicam os espaços de atuação das mulheres, estão nas ONGs, nas passeatas, nos protestos etc. Elas levam à frente campanhas e lutas onde as demandas e reivindicações estão centradas nas mulheres propriamente ditas, tais como doenças que atingem o corpo da mulher, a violência física contra as mulheres, as discriminações no mundo do trabalho, simbólicas e reais, como a salarial, questões sobre o aborto e sexualidade em geral etc. Embora um tanto “voltadas para si próprias”, porque o debate é recortado pelas correntes e tendências – elas lutam por ideais e pelo exercício pleno da democracia à medida que têm a questão da igualdade e da liberdade como horizontes da ação coletiva (GOHN, 2010, p.91).

Sendo assim, os movimentos feministas ao se caracterizar pela luta contra as formas de opressão, discriminação e subalternidade sobre as mulheres, estão buscando, deste modo a liberdade, a autonomia e a igualdade para as mulheres.

Compreender a diferença entre as categorias de movimento de mulheres e movimentos feministas é de suma importância para então analisar como os movimentos feministas desenvolvem suas ações, lutas e reivindicações para si e para outras mulheres.

Os movimentos feministas possibilitam às mulheres tomarem consciência do modelo de sociedade em que vivem e a partir disto se organizarem com objetivo comum, o fim das desigualdades existentes tanto na esfera pública como na esfera privada de suas vidas (sendo nesta em que mais sofrem opressões, violências e discriminações). É pertinente destacar o modo como o feminismo se transformou nas sociedades. “O feminismo no mundo ocidental tem sido classificado em três grandes ondas ou fases” (GOHN, 2008, p.136). Essas três grandes ondas ou fases não são excludentes, mas, se articulam e apresentam movimentos de interrelação. Para tornar ainda mais aprofundado esse estudo, a seguir segue descrito um comparativo do modo como estas fases ou ondas do feminismo foram construídas nos países da América do Norte, países Europeus e no Brasil.

A primeira correspondeu à luta pelo reconhecimento legal da igualdade de direitos, como por exemplo, o voto e o direito ao trabalho nos séculos XVIII e XIX e início do século XX (GOHN, 2008). É importante ressaltar que as mulheres ao longo da história do feminismo não se limitaram a lutar pela igualdade entre os sexos, no campo do trabalho, mas também na participação política e construção de cidadania.

Ao confrontar a ordem burguesa e a democracia representativa formal, elas lutaram pela consolidação do poder popular e iniciaram uma batalha histórica em torno do direito de participar ativamente da vida pública, do mundo do trabalho remunerado, do acesso à educação, da representação feminina na política e das forças armadas (GURGEL, 2011, p.32 apud CISNE,2014, p.131).

Assim, nas primeiras manifestações, os processos de lutas construídos através da organização das mulheres contribuíram para fortalecer ainda mais os movimentos feministas, bem como, a luta pela transformação social. Do mesmo modo como uma transformação na vida pública onde estas pudessem se inserir e assim participar no mundo do trabalho, na política, na educação, entre outros espaços que até então restringiam suas participações. O Feminismo na primeira onda alimentava-se dos ideais socialistas. Conforme Gohn (2008, p. 137):

O movimento comunitarista do século XIX, nos Estados Unidos, por exemplo, o movimento dos Quakers, ou o movimento Temperece inspiraram-se em Saint Simon, Fourier e Robert Owen e geraram feministas ativistas feministas que reivindicaram direitos das mulheres no casamento, na educação, no emprego. Elas se engajaram também nas causas abolicionistas.

Neste sentido, no Brasil, no século XIX, também foram abraçadas as causas abolicionistas. Nomes de brasileiras que desejavam trabalhar como escritoras ou artistas, e professoras eram integrantes na luta por esta causa:

A exemplo de Chiquinha Gonzaga (década de 1880), Nísia Floresta (1853) e muitas outras. Nas primeiras décadas do século XX, Maria Lacerda de Moura, feminista e anarquista, fez a ponte entre o mundo operário e a política e fundou em 1921 a Federação Internacional Feminina. [...] Anésia Pinheiro, em 1922, realizou um vôo entre São Paulo e Rio de Janeiro para divulgar o movimento feminista. Ana Aurora Lisboa organizou protestos com pequenos grupos visando à educação [...] a luta pelo sufrágio feminino também teve seu impacto no Brasil, com Bertha Luz e outras. A vitória completa só veio em 1934, com o voto feminino garantido na Constituição daquele ano. Na década de 1930, Patrícia Galvão, a Pagu, entrou para a história brasileira não apenas como escritora, mas como defensora dos direitos das mulheres. Foi à primeira presa política no Brasil, no século XX (GOHN, 2008, p.13137-138).

Com isto, percebe que as lutas feministas nessa primeira fase ocorreram de modo gradativo. Deu-se início em 1880 e somente em 1934 acontece à conquista do direito ao voto e também a mulher entra para a história por ser a primeira presa no Brasil. Ainda sobre essa primeira onda feminista, através de Bertha Luz, que apontava como “questão central a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos” (PINTO 2003 *apud* CISNE 2014, p.14). Esse período se destacava como um feminismo bem comportado, que por não confrontar os homens da elite, ganhava, inclusive, o respaldo e a legitimidade de muito deles (CISNE, 2014). E como citado anteriormente, eram integrantes deste feminismo bem comportado, mulheres que desejavam serem professoras, artistas e escritoras. Gohn (2008, p.138) destaca que nesse período “a ideia de coletivos públicos ainda era frágil, já que a mulher estava confinada ao espaço privado, doméstico”.

Já durante a década de 1960, “em meio aos acontecimentos políticos que marcaram as mobilizações progressistas em âmbito mundial, tais como o Maio de 1968 em Paris, o movimento feminista nos Estados Unidos e na Europa inaugura a sua chamada segunda onda” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 285). A segunda onda do feminismo correspondeu às lutas feministas quando a preocupação com a igualdade se estendeu das leis dos costumes, focando em temas como a sexualidade, a violência, mercado de trabalho, etc. A categoria gênero passa a ser discutida nesse período. O centro das reivindicações estava voltado a problemática das diferenças, e as mulheres atuavam em conjunto a outras minorias que também eram oprimidas, como negros e estudantes (GOHN, 2008).

A segunda onda do feminismo foi marcada pelo feminismo radical pela libertação das mulheres. Conforme Gohn (2008) o feminismo radical nos Estados Unidos e na Europa, atentava para as diferenças sexuais (lésbicas, transexuais, bissexuais), também reivindicava que a mulher tinha o direito de ter seus próprios espaços que possibilitassem as mesmas a falar e se expressar.

A segunda onda do feminismo na década de 1960 é marcada pela publicação do livro “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir. A publicação de “O Segundo Sexo” ocorreu no final da década de 1940, mas apresentou visibilidade a partir de 1960 e assim sendo um marco para a segunda onda do feminismo. Nele a autora trás a máxima do feminismo: *não se nasce mulher, se torna mulher* (PINTO, 2010). É importante destacar que nesse período, na Europa e Estados Unidos, o movimento feminista surge com força e segundo PINTO (2010) pela primeira vez as mulheres falam diretamente sobre a questão das relações de poder entre

homens e mulheres. Já no Brasil, devido o período de ditadura dos anos de 1960, o movimento feminista recuava, tanto que o movimento voltou a ter suas primeiras manifestações somente na década de 1975. As primeiras manifestações emergiram em cena pública através de mães que lutavam por seus filhos desaparecidos na época da ditadura militar, como mães que residiam nas periferias e que lutavam por moradias e creches, pelos salários diferenciados, pelo direito a maternidade entre outras (GOHN, 2008).

Foi a partir dos anos 1980 com a redemocratização do Estado, após um longo período de ditadura iniciado em 1964, que então o feminismo entra em uma fase de manifestações na luta pelos direitos das mulheres. Entre os direitos reivindicados estavam às pautas sobre violência, sexualidade, direito à saúde, direito ao trabalho, por opções sexuais, etc. (PINTO, 2010). É nos anos 1980 que a mulher ganha seu espaço nas políticas públicas, segundo Gohn (2008, p.141) “surgiram os primeiros Conselhos da Condição Feminina, os SOS Mulher, as delegacias da Mulher”.

Já a terceira onda do feminismo começa nos anos 1990, “quando as estratégias foram repensadas e ganhou ênfase a crítica à construção da imagem feminina pelos meios de comunicação de massa” (KNIBIEHLER, 2007 *apud* GOHN, 2008, p.136). É nos anos 1990 que a conjuntura sociopolítica do Brasil se altera, pois foram criadas ONGs e algumas eram coordenadas por mulheres, também outros movimentos sociais refluíram suas mobilizações. “As mulheres passaram a estar mais presente em novas arenas, não como movimento social de mulheres, mas como movimento feminista” (GOHN, 2008, p.142).

Por fim, todo o processo histórico desde os primeiros movimentos sindicais até os dias atuais com os então chamados “novos movimentos sociais” e neste se insere o surgimento dos movimentos feministas, possuem características semelhantes, visam transformar a realidade de si e dos demais envolvidos na sociedade. Para isto, é através da tomada de consciência das condições que vivenciavam que tornou possível a esses atores sociais planejarem estratégias, ações e reivindicações para garantir ao acesso a direitos e para a construção dos mesmos. É das mobilizações, do processo de luta e resistência nos conflitos entre as classes que os direitos e políticas públicas venham a ser construídas e não apenas como mera concessão.

Diante dos fatos aqui explicitados, no próximo capítulo destaca-se da Marcha Mundial das Mulheres, enquanto uma das formas de organização do movimento feminista que atua em mobilizações e reivindicações pelos direitos das mulheres, considerando-se sua estrutura organizativa, pautas de luta e parcerias.

6 MOVIMENTO FEMINISTA E A MMM: QUAL O DEBATE SOBRE GÊNERO?

A questão do gênero se faz presente em nossa sociedade desde o surgimento do capitalismo, cabe ressaltar que o gênero se constitui como um produto do capitalismo, portanto, podemos dizer que gênero pouco vem a expressar a identidade do sexo masculino ou feminino, mas sim com o modo como as relações sociais se estabeleceram na sociedade. Estabelecem-se relações de dominantes e dominados e então se configurando a relação de gênero como uma construção social, bem como cultural da identidade feminina e masculina. (SCOTT, 1995).

Para Saffiotti (2004, p.114) “gênero é entendido como muito mais vasto que o patriarcado, na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto gênero compreende relações igualitárias”. Deste modo, está ligada à forma de analisar os lugares e as práticas sociais, em que se encontram homens e mulheres e também de suas representações na sociedade, onde é atribuído um conjunto de papéis sociais para ambos. O gênero não condiz com as diferenças biológicas, mas é fruto das relações sociais construídas através das estruturas de poder. Em consonância com essa afirmativa (CISNE, 2012, p.77) pauta que:

os estudos de gênero surgem inseridos no movimento feminista, principalmente sobre a influência de feministas acadêmicas, no final do século XX, entre as décadas de 1970 e 1980. Seu objetivo advém da necessidade de desnaturalizar e historicizar as desigualdades entre homens e mulheres, analisadas, pois, como construções sociais, determinadas pelas relações sociais.

Foi a partir do século XIX e início do século XX que a inserção dos movimentos feministas e principalmente de seus estudos e questionamentos que a questão de gênero passou a ser analisada. Faz-se necessário ressaltar a importância dos movimentos feministas para o conceito de gênero, pois foi a partir dos anos 1970, que os estudos das feministas sobre o conceito ganhou destaque. Segundo ALVES (2003), a utilização do termo surgiu entre as feministas americanas num momento histórico em que outros movimentos de libertação denunciavam a existência de formas de opressão que não se limitavam ao econômico.

“O gênero deve ser visto para além de uma construção cultural, uma vez que a cultura não é natural. Não só o gênero deve ser historiado, mas também a cultura e a sociedade” (CISNE, 2012, p. 89). Afinal, a cultura determina as relações sociais e nela estão presentes as contradições, as diferenças que vão determinar o modo de produção e reprodução desta sociedade (CISNE, 2012).

Em outras palavras, é necessário analisar gênero no bojo da contradição entre capital e trabalho e das forças sociais conflitantes das classes fundamentais que determinam essa contradição. Sendo a contradição o foco das desigualdades sociais, e o conflito a luta entre as classes sociais (o que determina o movimento da sociedade, ou como diria Marx: o motor da história), faz-se imprescindível relacionar a luta das mulheres como um movimento legítimo contra as desigualdades, na e com a luta da classe trabalhadora. Nesse sentido, o ponto a unir as mulheres deve ser a identidade de classe, uma vez que é da contradição de classe que emergem as desigualdades, opressões e explorações que marcam a vida das mulheres trabalhadoras. Além disso, a verdadeira emancipação das mulheres só pode ser alcançada com a ruptura com o modo de produção capitalista (CISNE, 2012, p. 89).

Em conformidade com a citação acima descrita, é pertinente destacar que a luta das mulheres esta relacionada diretamente com a luta de classes, pois não há uma forma de separá-las. Essa “luta” que as mulheres protagonizam marca um cenário de contradições na sociedade capitalista, cenário este pautado em desigualdades sociais, opressões e exploração. Diante disto, dentre as diversas organizações feministas no Brasil, encontramos a Marcha Mundial das Mulheres-MMM, que surge no bloco dos novos movimentos sociais, no ano de 2000, e que aponta em suas pautas a superação ao modo de produção capitalista. Para este movimento acredita-se que com o fim do modelo capitalista poderá ser possível viver em uma sociedade sem dominantes e dominados.

Para além destas demandas, a Marcha Mundial das Mulheres também elenca em suas pautas a crítica global ao modelo de sociedade que vivemos. “Assim, se constitui como um movimento que fala da pobreza, da luta contra a pobreza e contra a violência, sem exploração, sem homofobia, sem racismo e numa relação não predatória com o meio ambiente” (CISNE, 2014, p.170).

O subitem que segue dá visibilidade a este movimento, explicitando sua organização, suas pautas e reivindicações, bem como os resultados encontrados durante a produção deste trabalho. Reforça-se aqui que os resultados aqui apresentados têm origem a partir das técnicas de pesquisa documental conforme (apêndice A), bibliográfica (apêndice B) e questionário (apêndice C). Estes instrumentos foram fundamentais para aprofundar o conhecimento e visibilidade da Marcha.

6.1 A MMM: A organização, as lutas, as iniciativas e os espaços de articulações

O surgimento da Marcha Mundial das Mulheres se deu a partir de uma mobilização internacional que agregou mulheres de todos os países do mundo em torno da campanha:

“Duas mil razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”, no ano de 2000 (CISNE, 2014). Segue a ilustração 01 destacando a logomarca do movimento:



Ilustração 1: Logomarca da MMM. Fonte: <http://centrofeminista.com/2013/05/27/comite-internacional-da-marcha-mundial-das-mulheres-se-reune-em-mocambique-para-planejar-seu-9o-encontro-internacional/>

A Marcha é uma organização transnacional, presente em setenta e seis países espalhados por todos os continentes, que busca a construção de uma harmonia entre diversos movimentos sociais feministas ou mistos, na promoção de uma agenda de lutas comum visando à superação do capitalismo e do patriarcado. A inspiração para sua criação “partiu de uma manifestação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo simbolicamente, ‘Pão e Rosas’”. (CISNE, 2014, p.165). A manifestação ocorrida em Quebec – Canadá ocorreu a partir das transformações econômicas e sociais pautadas pelo neoliberalismo, segundo (HIRATA 2010 apud GIL, 2012, p.12):

Na década em que neoliberalismo parecia se tornar hegemônico, foi quando suas contradições mais fortemente foram percebidas. A redução das ações do Estado, principalmente com a retirada de direitos sociais e a flexibilização das relações trabalhistas não afetam aos homens e às mulheres, da mesma forma. Assim, os efeitos da globalização, complexos e contraditórios, afetaram desigualmente os empregos masculino e feminino nos anos noventa do século XX. Se o emprego masculino regrediu ou se estagnou, a liberalização do comércio e a intensificação da concorrência internacional tiveram por consequência um aumento do emprego e do trabalho remunerado das mulheres, em nível mundial, com exceção da África subsaariana. Notou-se um crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto nas áreas formais quanto nas informais da vida econômica, assim como no setor de serviços. Contudo, essa participação se traduz, principalmente, em empregos precários e vulneráveis, como tem sido o caso na Ásia, Europa e América Latina.

Nesse contexto, ao final da manifestação em Quebec, diversas pautas foram atendidas, como o aumento do salário mínimo, a concessão de mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária. Diante do sucesso da manifestação realizada em Quebec, no contexto de retrocesso das ações de rua, surgiu a ideia de construir um Movimento que pudesse aglutinar as mulheres de diferentes Movimentos Sociais Populares, mistos e feministas, em torno da luta anticapitalista (GIL, 2012).

No Brasil a Marcha Mundial das Mulheres apresenta-se vinculada a outras organizações políticas, tais como à Central Única dos Trabalhadores - CUT, à Confederação Nacional dos Agricultores (CONTAG), à Sempre Viva Organização Feminina (SOF), ao Centro Feminista 8 de Março (CF8M) e à Consulta Popular (CISNE, 2014, p.167). A ilustração a seguir demonstra a articulação das organizações.



Ilustração 02: Participação da CUT em encerramento de atividade internacional da MMM.

Fonte: <http://www.cut.org.br/noticias/mulheres-de-todo-o-mundo-marcham-em-sao-paulo-por-liberdade-autonomia-e-igualdad-55f1/>

Apesar da Marcha Mundial das Mulheres ter representação de outras organizações, ela não se define como uma articulação, mas sim, como um movimento social. Conforme Scherer-Werrerr (2006, p.116):

A Marcha enquanto movimento social contemporâneo é conceituado como um caso emblemático de luta universal de direitos na América Latina e para a sociedade global. A MMM (...) caracteriza-se por um projeto de mobilização social no qual participam ONGs feministas, mas também Comitês e organismos mistos de mulheres e homens que se identificam com a causa do projeto.

Como já dito anteriormente, a Marcha tem em suas reivindicações o combate à pobreza e às injustiças, deste modo, propõe demandas por terra, trabalho e direitos sociais e ações contra todas as formas de violência ocorridas na sociedade capitalista e patriarcal. Deste

modo caracterizando-se como um movimento social e também político, que desenvolve ações no âmbito nacional e internacional.

Referente às ações internacionais realizadas pelo movimento, foi possível identificar a partir dos dados da pesquisa documental realizada no *blog e site* institucional do movimento (<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br>) que a Marcha a cada cinco anos promove ações internacionais. Em 2000, aconteceu a primeira ação internacional, que contou com a presença de 5.000 grupos de 159 países e territórios. O lema dessa ação foi “*2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista*”. Ao final, foi entregue à Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, nos Estados Unidos, um documento com dezessete pontos de reivindicação, apoiado por cinco milhões de assinaturas.

Em 2005 aconteceu a segunda ação internacional. Novamente milhares de mulheres foram às ruas. Nessa ocasião, foi construída a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade. O trecho a seguir destaca a intenção deste documento:

Em cada país por onde a Carta passou as mulheres organizaram atividades para que o conteúdo da Carta fosse conhecido e debatido com o maior número de pessoas. O caminho da Carta começou no Brasil em 08 de março de 2005 e concluiu em 17 de outubro de 2005, em Burkina Faso, na África. Neste dia, foram 24 horas de Ações Mundiais de Solidariedade das Mulheres para marcar a conclusão de relevo da Carta. [...] As ações de 2005 confirmaram e consolidaram a legitimidade que a MMM construiu ao longo desses cinco anos, ancorada no processo de organização e mobilização, no posicionamento político e na relação de alianças construídas com diversos movimentos sociais, bem como o seu envolvimento em processos mais amplos de luta. (CADERNO MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES - n°1. SP, 2008).

Referente ao destaque deste trecho, contido na Carta Mundial das Mulheres, percebe-se que o movimento busca construir novos espaços para se articular. Visa também poder contribuir nas discussões e processos de lutas em prol dos direitos das mulheres, como se identifica no trecho da Carta “*Ações Mundiais de Solidariedade*”. Por meio dessas ações as mulheres se organizaram e puderam discutir sobre as desigualdades sociais, econômicas, sobre as opressões, discriminações e violência que cada mulher vivencia em diferentes partes do mundo.

A Terceira Ação realizada pelo movimento, em 2010, sistematizada a partir do *Blog* institucional revela que esta foi uma atividade que contou com marchas e mobilizações em cinquenta países. O ato final da terceira ação internacional aconteceu na República Democrática do Congo. Segundo o *Blog* oficial do Movimento, no Brasil:

Em 2010, a Marcha Mundial das Mulheres realizou sua terceira ação internacional, nos períodos de 8 a 18 de março, e de 7 a 17 de outubro, com mobilizações de diferentes formatos em vários países do mundo. O primeiro período marcou o centenário do Dia Internacional das Mulheres com diversas marchas. O segundo teve ações simultâneas, com um ponto de encontro em Kivu do Sul, na República Democrática do Congo, expressando a solidariedade internacional entre as mulheres, enfatizando seu papel protagonista na solução de conflitos armados e na reconstrução das relações sociais em suas comunidades, em busca da paz. (<http://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>. Acesso em 02/09/2015).

No Brasil, a terceira ação internacional ocorreu por meio da marcha de mulheres da cidade de Campinas para São Paulo/SP. Conforme informações contidas no *site* da Marcha Mundial das Mulheres foram dez dias de caminhada das militantes. A cada cidade em que chegavam, havia um ponto de acampamento para as militantes descansarem, alimentarem-se e prepararem-se para o próximo dia de caminhada. Nesses dias de caminhada participavam três mil mulheres rurais, urbanas, indígenas, negras, brancas, jovens, adultas, idosas, lésbicas, bissexuais e heterossexuais, de todas as regiões do país. A ilustração a seguir destaca a 3ª Ação da MMM durante a ida de Campinas à São Paulo/SP:



Ilustração 03: 3ª Ação Internacional da MMM no Brasil.
Fonte: <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/>

Segundo informações do *Blog* do movimento, a frase “Seguiremos em Marcha até que todas sejamos livres” foi escolhida para marcar a 3ª ação. Ela demonstra a responsabilidade da ação com a libertação das mulheres, a partir de sua própria luta, bem como a nitidez de que nenhuma estará livre enquanto outra continuar a ser oprimida. A frase escolhida vem sendo utilizada até os dias de hoje, Em diferentes mobilizações em que a MMM está presente.



Ilustração 4: Lema da MMM para a 3ª Ação Internacional. Fonte: Facebook/MMM –PR.

A produção desta pesquisa ocorreu no mesmo ano da 4ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, que teve como lema motivador: *“Se cuida, seu machista, a América Latina vai ser toda feminista”*. Conforme o *Blog Institucional* a quarta Ação Internacional da MMM, foi organizada a partir do “9º Encontro Internacional de 2013. Lá foram definidos os eixos que sob a mesma consigna de 2010, iriam balizar as ações, intervenções e formações da Ação 2015 em todo o mundo; são eles: território, corpo e trabalho”.

Enraizar a MMM e fortalecer as regiões são alguns dos objetivos da próxima ação internacional, que está em construção. A proposta é fortalecer a defesa dos “territórios das mulheres”, que são compostos por seu corpo, pelo lugar onde vivem, trabalham e desenvolvem suas lutas, suas relações comunitárias, sua história. Durante a ação será construído um mapa das resistências das mulheres, e outro com as alternativas feministas. A ação será realizada entre os dias 8 de março e o 17 de outubro de 2015. No dia 24 de abril, sairemos às ruas nas 24 horas de solidariedade feminista, entre 12h e 13h. No Brasil, diferente de outros momentos em que as mulheres de todos os estados se reuniram em uma ação comum, a ação de 2015 será um processo enraizado em nível local. Está em construção a proposta de realizar ações descentralizadas, para visibilizar as lutas que nós mulheres realizamos em nossos territórios, nossas resistências e alternativas. Fonte: <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/acoes-internacionais>) Acesso em: 04/11/2015.

Como descrito acima, é necessário “enraizar a Marcha e fortalecer as regiões” são necessárias sim intervenções regionais e locais, para que deste modo possa se fortalecer as lutas das mulheres em diferentes regiões do Brasil, identificando e problematizando com as mulheres a situação de cada localidade, bem com fortalecer o próprio movimento. Conforme relato da Liderança A, MMM-PB: *“Na Paraíba, a denúncia foi pelo fim da violência. Estado da PB é um dos que apresenta maior índice de violência contra as mulheres”*.

Já a Liderança B, MMM- RS relatou que as lideranças orgânicas deste estado se *“organizaram em um intenso processo organizativo para a realização do evento no RS”*.

Foram escolhidos os dias 26, 27 e 28 de setembro, na cidade de Santana do Livramento. A escolha do local se deve pelo fato da cidade ser fronteira com o Uruguai e estar próxima também à Argentina. Assim, a 4ª Ação permitiu a participação de mulheres dos três países – Brasil, Uruguai e Argentina. Na sequência são apresentadas duas ilustrações cedidas pela Liderança B, MMM-RS, onde demonstra o processo organizativo para a ação de Santana do Livramento.



Ilustração 5: Encontro para debater a organização da 4ª Ação com lideranças da MMM do Uruguai e Argentina. Foto cedida por Liderança (B) da MMM-RS.



Ilustração 6: Encontro para debater a organização da 4ª Ação com lideranças da MMM. Últimos preparativos para a realização do evento. Foto cedida por Liderança (B) da MMM-RS.

Conforme relato da Liderança B da MMM-RS, durante as reuniões e rodas de discussões com as demais militantes do movimento, foi escolhido o eixo principal da 4ª Ação no RS, que foi “CORPO”, tendo como pautas para debate a descriminalização e a legalização do aborto. *“Acreditamos que a participação das lideranças do Uruguai poderia ser de grande importância para essa temática, pois no Uruguai o aborto já é legalizado”*.

Para encerrar este bloco de informações sobre as ações internacionais realizadas pela MMM, segue a sequência de quatro ilustrações que marcaram a 4ª Ação Internacional no Rio Grande do Sul:



Fonte das ilustrações: Facebook/ MMM-RS.

Ao se referir a organização da MMM no Brasil, o movimento conta com o apoio da Sempreviva Organização Feminista-SOF, organização que abrigou o Secretariado Internacional da MMM até o ano de 2013, após esse período, o Secretariado passou a ser

cediado em Moçambique na África (GIL, 2012). A SOF é uma Organização Não-Governamental (ONG) que constrói projetos sociais com caráter feminista.

Por meio do questionário, as lideranças responderam o que diz respeito à organização da MMM e aqui se inclui a SOF. Esta ONG é formada por militantes da Marcha Mundial das Mulheres e, entre seus quadros administrativos, estão importantes teóricas feministas dos campos da Economia, Psicologia, Sociologia, e Educação, entre outros. Isso permite que a organização realize publicações periódicas que não só orientam as militantes da Marcha, mas, balizam as práticas por elas expostas em suas ações de luta. Além disto, por a Marcha ser um movimento transnacional, como citado anteriormente, ela participa das ações do Fórum Social Mundial, pois entende que este também seja um espaço para organizar as agendas de lutas convergentes.

Referente à organização do movimento, a liderança C, MMM-SP destacou durante as respostas do questionário (apêndice C) que como uma forma de organização a MMM realiza duas formações feministas que se encerram com uma plenária e também uma avaliação e organização. Nesta plenária são escolhidas as ações prioritárias do movimento e são escolhidas as próximas representantes para cada ação a ser desenvolvida. Dessa forma, a *"formação de 2014, os temas debatidos foram a Copa do Mundo 2014 e o impacto na vida das mulheres, a legalização da prostituição como mercantilização do corpo, a reforma política e a vida das mulheres e a organização para a ação internacional de 2015. (Liderança C, da MMM-SP)"*.

Durante a análise da técnica do questionário, foi possível verificar que o primeiro contato das lideranças do movimento ocorreram através de pessoas amigas e das ações diretas da MMM nas ruas:

A curiosidade de saber o que eram aquelas mulheres e porque batiam instrumentos reciclados e cantavam canções que falavam da violência e da discriminação me chamaram a atenção, assim comecei a participar das ações, e foi através da MMM que pude refletir não só sobre minha situação de vida, mas também como de outras companheiras. Nossas lutas são as mesmas, embora em diferentes espaços. Hoje após seis anos na Marcha, faço parte da direção/organização da MMM em meu estado (Liderança D, da MMM-BA).

Ao que se refere à participação no movimento, sete (das onze lideranças que retornaram a pesquisa) responderam que participam do movimento há mais de cinco anos deste movimento. Relataram que na Marcha cada militante e liderança do movimento possui uma função, desde a limpeza dos espaços de encontros e reuniões (salas cedidas por entidades

parceiras ao movimento), construção de cartazes, de materiais para a batucada, até a captação de recursos materiais para poder realizar as ações. De modo a não “hierarquizar” as funções, as militantes revezam as tarefas. Ou seja, nesta incluiu-se as lideranças que também colaboram nas funções acima descritas.

Cabe destacar que a diferença entre militante e liderança é que, as militantes são as que participam das ações nas ruas, nas redes sociais e que divulgam o trabalho da Marcha para outras mulheres, mas que não tem a responsabilidade de organizar os eventos. Já as lideranças se caracterizam como “lideranças orgânicas”, ou seja, são as mulheres da Marcha que são responsáveis em articular novas parcerias, são responsáveis de lançar as informações nas redes sociais, são responsáveis pela organização e estrutura dos eventos, pela captação de recursos através de diálogo com apoiadoras e apoiadores, são lideranças que possuem a responsabilidade de levar às demandas as reuniões e assembleias com representantes políticos.

Na realização da pesquisa bibliográfica (apêndice B) foi possível encontrar apenas uma produção (referente aos anos pesquisados, 2010 a 2015). A partir da escassez de produções sobre o trabalho da Marcha Mundial das Mulheres, reforça-se aqui a importância desta pesquisa, tanto para o campo acadêmico, social e científico. A produção foi realizada no ano de 2012, e aborda sobre a composição visual da Marcha, nesta produção a ênfase está centrada em dar visibilidade à “batucada feminista” do movimento. Para a composição visual da Marcha, “as participantes utilizam faixas, estandartes e também foi criada a “Batucada Feminista” onde são utilizados instrumentos de percussão como latas, baldes e que a partir destes as militantes e lideranças passam a produzir músicas que abordem temáticas políticas” (PINGRET, 2012, p.37).

o movimento organiza oficinas onde as que estão há mais tempo com essa tarefa vão ensinando as mais jovens. Os instrumentos são feitos a partir de latas de tinta que as próprias militantes encontram pelas ruas da cidade. Como as latas amassam com facilidade, essa é uma tarefa constante, encontrar novas latas. Aqui em Porto Alegre, as latas são armazenadas em uma sala disponibilizada pelo Sindicato dos Petroleiros/as, no bairro: Cidade Baixa. A responsabilidade pela organização, limpeza e conservação do local é de todas as militantes, logo, a cada atividade, mulheres diferentes ficam com a tarefa de organizar o local, transportar os materiais e levá-los novamente para a sala. As oficinas de batucada compreendem mais do que aprender a bater nas latas e o ritmo dos cantos. O ato de reaproveitar latas, de reciclá-las, serve como metáfora para a própria história das mulheres ao longo dos séculos, que usam a criatividade para resistir. Entendo que o trabalho é educativo, no sentido do fazer que educa, esse espaço do Movimento é, com muita certeza, um espaço educativo. É um espaço de resistência, onde o som das vozes das mulheres, que tantas vezes foi descartado da história, se junta ao som de materiais que foram para o lixo. Ouvir letras das canções de luta da MMM que ganham vida na batucada é caminhar pelas pautas principais do Movimento. Cada uma delas sintetiza a visão

de mundo deste Movimento. E é este um momento importante, pois, pronunciar as palavras durante as marchas, caminhadas, passeatas, ações diretas, o movimento de denúncia e anúncio é feito pelas militantes para elas mesmas e para as demais pessoas que estejam apoiando ou observando a atividade. É um momento de diálogo com a sociedade. As músicas fazem essa síntese das pautas (GIL, 2015, pg. 38-39).

Compreender a importância da formação da “batucada” da Marcha é de extrema relevância para o movimento, pois este proporciona às militantes e as lideranças momentos de diálogos sobre as situações vivenciadas, suas concepções de mundo e a criação de canções que abordem temas como: violência, discriminações, opressões, capitalismo, entre outros. Portanto momentos de encontro para essas mulheres refletirem sobre a realidade social que presenciam e lutar pela transformação social que reivindicam. As ilustrações a seguir demonstram algumas realizações da “Batucada Feminista”:

Ilustração 07: Batucada no DF (rumo ao Congresso Nacional)



Fonte: <https://marchamulheres.wordpress.com/2014/03/11/veja-como-foram-as-mobilizacoes-da-mmm-neste-8feminista-por-todo-o-brasil/>. Acesso em 24/11/2015.



Ilustração 8: Batucada feminista nas ruas do Rio de Janeiro (RJ). Fonte: <https://marchamulheres.wordpress.com/2014/03/11/veja-como-foram-as-mobilizacoes-da-mmm-neste-8feminista-por-todo-o-brasil/>. Acesso em 24/11/2015.



Ilustração 9: Batucada feminista em Mossoró (RN) Fonte: <https://marchamulheres.wordpress.com/2014/03/11/veja-como-foram-as-mobilizacoes-da-mmm-neste-8feminista-por-todo-o-brasil/>. Acesso em 24/11/2015.



Ilustração 10: Batucada “Primavera Feminista”. Participação de mulheres do RJ, SP, DF, BH e outras cidades. Fonte: <http://www.sof.org.br/2015/11/04/feminismo-na-conjuntura>. Acesso em: 24/11/2015.

Após explicitar as ilustrações da batucada feminista, observa-se que a batucada é marcada como instrumento político, que expressa às ações do movimento. Mesmo abordando canções sobre opressões, elas demonstram o quanto o empoderamento nesse movimento contribuiu na vida das mesmas.

Ainda referente à organização do movimento, as formações (temáticas sobre organização de mobilizações, sobre desigualdades sociais, legalização do aborto, questões políticas e também questões referente a etnias, questões raciais, direito a terra são construídas nas formações) de forma geral, dentro da Marcha, obedecem a uma mesma dinâmica. “*A cada formação, são realizadas reuniões da coordenação estadual com as militantes da cidade que receberá a atividade. Geralmente, tais formações são divididas em dois momentos, um formativo e outro organizativo*” (Liderança E, MMM-RN).

O que se aprende e ensina nessas formações, essas trocas entre diferentes mulheres, vindas de diferentes movimentos sociais, com diferentes orientações sexuais, raças e etnias e reconhecendo o capitalismo patriarcal como responsável principal pelas suas opressões, tudo isso passa a fazer parte da visão de mundo dessas mulheres, na forma delas intervirem no mundo. (Liderança E, MMM-RN).

Segundo informações do *site* institucional da Marcha, o movimento tem como instrumento de luta a realização de ações diretas. Ou seja, intervenções pontuais sobre temas que concentram a atuação de suas militantes em espaços e dias específicos. Essas intervenções têm por objetivo atingir a sociedade como um todo. Os “chamamentos” para as ações são realizadas nas redes sociais e nas ruas.

Os meios de difusão que temos são tão diversos como nossas militantes, de maneira que é importante usar todas as suas formas. Muitas companheiras acessam a internet, outras não têm nenhum acesso. Por isso, é importante que a construção das comunicadoras da MMM seja pensada a partir do monte “nas ruas, nas redes e nos roçados” e chegue a todas aquelas que constroem o feminismo da Marcha Mundial das Mulheres. (GUIA DAS COMUNICADORAS FEMINISTAS na 4º Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres 2015, pág. 02).

A Marcha compreende que em uma sociedade de classes diferenciadas pelo capitalismo, e que se presencia diferentes formas de desigualdades, seja elas econômicas, culturais, sociais ou políticas, nem todas as mulheres possuem os mesmos meios de informações para saber onde e quando serão realizadas as ações da Marcha. Isto também

envolve as mulheres do interior e dos “roçados” que em maioria não possuem acesso às redes sociais (conforme informações do *site* institucional da MMM). Deste modo, é fundamental que as militantes estejam em todos os espaços, possibilitando o acesso de todas as mulheres nas ações e nas lutas diárias.

Outro aspecto de atuação da Marcha é baseado na autonomia econômica para as mulheres, no sentido de garantir o seu próprio sustento e de terem acesso a serviços públicos e previdência. “Aos bens comuns, dizem respeito à garantia ao acesso como água, comida, terra, moradia, serviços públicos (educação e saúde, por exemplo); paz e desmilitarização: na luta contra a violência sexista e a apropriação do corpo das mulheres” (CISNE, 2014, p.168).

A organização do movimento, no campo dos novos movimentos sociais, articula as lutas feministas pelos direitos civis e políticos, pela equidade de gênero, mas também, apresenta como eixo norteador a luta anticapitalista, com um esforço de realizá-la na perspectiva feminista, ou seja, considerando os impactos do capitalismo patriarcal sobre a vida e demandas das mulheres trabalhadoras em consenso com outras formas de organizações da classe trabalhadora (CISNE, 2014).

Os dados obtidos por meio do questionário possibilitaram identificar o perfil das lideranças orgânicas da Marcha, destacando que dos retornos obtidos do questionário, todas as lideranças (onze que retornaram o questionário) possuem Ensino Superior e/ou especializações. Outro ponto positivo do questionário foi poder apreender a concepção de mundo e a concepção da Marcha na visão de cada liderança. Destaca-se que nove participantes (num total de onze pesquisadas) responderam com informações parecidas, mesmo sendo de diferentes estados. Isto possibilitou verificar que mesmo estando em diferentes locais, o movimento é bem articulado e bem estruturado em sua organização e que as informações circulem em todos os espaços em que o movimento está presente, ou seja, em 20 estados brasileiros e no Distrito Federal.

Para a construção do quadro 01, levam-se em consideração, as respostas do questionário, ou seja, de onze (11) lideranças que retornaram o questionário, oito (08) citaram os mesmos movimentos sociais, entidades, organizações e categorias profissionais que participam das ações promovidas pela Marcha Mundial das Mulheres. No quadro abaixo segue explicitado quais são estas organizações/entidades/ movimentos sociais:

- *Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST)*
- *Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)*
- *Levante Popular da Juventude*
- *Central Única das/os Trabalhadores (CUT)*
- *Movimento Estudantil Kizomba*
- *Movimento Marcha das Margaridas*

Quadro 01. Articulações da MMM com movimentos sociais/entidades e organizações. Fonte: Técnica do questionário utilizado na pesquisa.

Referente ao quadro 01 foi elencado os movimentos sociais, as entidades e organizações que mais se destacaram nos retornos dos questionários. É pertinente destacar, que como o instrumento foi enviado para diversos estados, algumas das lideranças também pautaram em suas respostas as organizações e entidades locais de seus estados, como por exemplo: Associação das Domésticas Brasileira (DF), Entidade Sindical FRETACE (CE), Movimentos de Bairros (PA), Associação das Mulheres da Economia Solidária (Mossoró-RN) e Conselho Indígena Lagoa do Tapará (RN).

Verificou-se que a Marcha se articula com diferentes organizações sejam elas comunitárias ou sindicais (públicas ou privadas), mas todas com o objetivo de reivindicar e lutar pelos direitos das mulheres. Também como meio que possibilite a organização dessas mulheres contra as formas de violências, discriminações e opressões vivenciadas.

Como resposta ao título deste capítulo: “*Movimento Feminista e a MMM: qual o debate sobre gênero?*”, observou-se que este debate ocorre em diferentes espaços, nas assembleias, nos encontros estaduais, nas ações da batucada feminista, nas ações de rua. De modo geral, as militantes abordam o gênero em suas diferentes formas, sejam elas, a partir das relações sociais, do modo como capitalismo explora e discrimina as mulheres, na questão da mercantilização do corpo nas grandes mídias e redes sociais. Também nas pautas relacionadas às desigualdades étnicas, raciais, de gênero na educação, na política e na saúde, entre outros.

Depois de explicitado alguns dos resultados obtidos por meio da pesquisa documental, e do questionário enviado para as lideranças da Marcha, no próximo capítulo será problematizado o surgimento dos direitos sociais, das políticas públicas e a forma como a Marcha vem contribuindo para avançar na garantia de direitos e políticas públicas pela igualdade de gênero no Brasil.

7 ACESSO A DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS PELA IGUALDADE DE GÊNERO: A CONTRIBUIÇÃO DA MMM

“Entende-se por direitos sociais aqueles que têm por objetivo garantir aos indivíduos condições fundamentais para a melhoria da qualidade de vida e preservação da dignidade humana” (GARCIA, 2001, p.113). Deste modo, para tornar possível reconhecer os direitos e políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero, devemos identificar o modo como surgiu os direitos sociais ao longo da história.

É de fundamental importância destacar o modo cronológico de como ocorreu à conquista dos direitos civis, políticos e sociais. Conforme (COUTO, 2008, p.33): os direitos civis foram conquistas efetivadas no século XVIII; os direitos políticos, no século XIX, enquanto os direitos sociais são conquistas realizadas no século XX.

Uma das formas de compreender o campo dos direitos sociais é classificá-lo a partir da ideia de geração. Assim, são considerados de primeira geração os direitos civis e políticos, que são conquistas ocorridas nos séculos XVIII e XIX. Esses direitos são exercidos pelos homens, individualmente, e têm como princípio opor-se à presença da intermediação do Estado para seu exercício, pois é o homem, fundado na ideia da liberdade, que deve ser o titular dos direitos civis, exercendo-os contra o poder do Estado, ou, no caso dos direitos políticos, exercê-los na esfera de intervenção do Estado. Já os direitos de segunda geração – os direitos sociais – são exercidos pelos homens por meio da intervenção do Estado, que é quem deve provê-los. É no âmbito do Estado que os homens buscam o cumprimento dos direitos sociais, embora ainda o façam de forma individual. Esses direitos vêm se constituindo desde o século XIX, mas ganham evidência no século XX. Ancoram-se na ideia de igualdade, que se constitui numa meta a ser alcançada, buscando enfrentar as desigualdades sociais (COUTO 2008, p.35).

Ao observar a referência de Couto (2008), é pertinente destacar o significado de cada direito. O direito civil é aquele fundamental à vida, à liberdade e à igualdade por exemplo. “São eles que garantem as relações civilizadas entre as pessoas e a própria existência da sociedade civil surgida com o desenvolvimento do capitalismo” (CARVALHO, 2008, p.09). Ao realizar um recorte dos direitos e focar na situação histórica do Brasil, percebe-se que esses direitos não eram de acesso a todas as pessoas. Isto devido à natureza histórica do país, ou seja, a colonização ocorreu por meio da escravidão e da monocultura. Nesse período eram considerados sujeitos de direitos os proprietários de terras, alguns com influência política, os senhores donos de escravos (CARVALHO, 2008). E por outro lado, sem nenhum direito, nem à liberdade e igualdade estavam os escravos. O único progresso da cidadania nesse período foi com a Abolição da Escravatura em 1888. “A abolição incorporou os ex-escravos aos direitos

civis. Mesmo assim, a incorporação foi mais formal do que real” (CARVALHO, 2008, p.17). Mesmo com a abolição as opressões, violência e discriminações ainda existiam, e a concessão de direitos aos escravos não ocorria. Ao caracterizar os direitos políticos (CARVALHO, 2008, p. 09-10):

Estes se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é limitado a parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado. Em geral, quando se fala de direitos políticos, é do direito do voto que se está falando. Se pode haver direitos civis sem direitos políticos, o contrário não é viável. Sem direitos civis, sobretudo, a liberdade de opinião e organização, os direitos políticos, sobretudo o voto, podem existir formalmente, mas ficam esvaziados de conteúdo e servem antes para justificar governos do que para representar cidadãos. Os direitos políticos têm como instituição principal os partidos e um parlamento livre e representativo. São eles que conferem legitimidade à organização política da sociedade. Sua essência é a ideia de autogoverno.

De tal modo como dito na citação, tornam-se inviáveis tais direitos não estarem articulados, o primeiro assegura os direitos fundamentais para a própria vida dos cidadãos e cidadãs, o segundo organiza a sociedade através da política e de seus representantes. Ao caracterizar a segunda geração, identifica que a intervenção do Estado passou a ocorrer principalmente na decorrência da revolução industrial do século XIX na Europa, do qual começava a substituir a mão de obra do homem pelo trabalho das máquinas, e assim, se tem como consequências crises de desemprego, miséria, por exemplo, (GARCIA, 2011).

Tudo isso gerou evidente desigualdade social, fazendo com que o Estado se visse diante da necessidade de proteção ao trabalho e outros tantos direitos, a fim de proteger o capitalismo vigente, uma vez que com uma nova concepção de divisão do trabalho e do capital, no ápice do marxismo e socialismo, o sistema de produção estava ameaçado (GARCIA, 2011, p. 114).

Essa intervenção do Estado para atender as necessidades dos trabalhadores e de trabalhadoras, e na verdade se constitui como mera estratégia de manter a ordem social sem desestabilizar o modo de produção capitalista do qual é vigente até os dias atuais. As estratégias criadas pelo Estado, na verdade se constituíram como meras ilusões para as classes trabalhadoras, pois não visavam atender e suprir suas necessidades e sim a do capital (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Além do modo como se constituiu as duas gerações de direitos já elencados, foi no século XX que se evidenciaram movimentos para se reconhecer os direitos de terceira geração. Conforme (COUTO, 2011, p.35):

Esses direitos, que são enunciados como direito ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente e à autodeterminação dos povos, são fundados na ideia de solidariedade. São de natureza coletiva e também difusa, pois não é apenas o indivíduo que assume a titularidade, mas famílias, povos e nações que o requerem. É isso que é feito por meio de pactos entre povos e por organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). Os direitos da terceira geração são entendidos como frutos da evolução das relações entre povos e, principalmente, como resposta a conflitos beligerantes e gerados por opressão política e/ou economicamente, que trazem consequências que devem ser assumidas coletivamente.

Através da articulação dos direitos civis e dos direitos políticos, (e principalmente na sociedade capitalista) onde ocorre a divisão das classes, os direitos descritos acima, atendem a uma parcela da população, sempre em vistas a atender as demandas do capital, ou seja, as necessidades mais básicas da população são atendidas de forma fragmentada, o que gera os conflitos entre as classes sociais. Conforme (CARVALHO, 2008, p. 10):

Os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. A garantia de sua vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo. [...] Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzida pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A ideia central em que se baseiam é a da justiça social.

Os direitos aqui anunciados integram o conjunto de direitos humanos, na medida em que esses direitos são fundamentais a pessoa humana. Como dito, para a efetivação dos direitos sociais há a necessidade de sua efetivação por parte do Estado. Observa-se que a distribuição da riqueza coletiva não ocorre conforme sua formalidade. O Estado preocupa-se atender as necessidades do capital e outra parte atender as necessidades da população que necessitam reivindicar para que tais direitos venham a ser legitimados. Referente ao conjunto de direitos humanos citado no início deste parágrafo, Dallari (2004, p.12) afirma que:

Esses direitos são considerados fundamentais porque sem eles a pessoa humana não consegue existir ou não é capaz de se desenvolver e de participar plenamente da vida. Todos os seres humanos devem ter assegurados, desde o nascimento, as condições mínimas necessárias para se tornarem úteis à humanidade, como também devem ter a responsabilidade de receber os benefícios que a vida em sociedade pode proporcionar. Esse conjunto de condições e de possibilidades associa as características naturais dos seres humanos, a capacidade natural de cada um e os meios de que a pessoa pode valer-se como resultado da organização social. É a esse conjunto que se dá o nome de *direitos humanos*.

Para a garantia desse conjunto de direitos humanos, “há dois documentos fundamentais: a Declaração dos Direitos do Homem e a Declaração Universal dos Direitos Humanos pela ONU (1948)” (COUTO, 2008, p.36). Para compreender a efetivação dos direitos segue descrito à análise dos pontos principais da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), em que se concretiza a igualdade entre homens e mulheres, bem como os direitos e deveres de cada um.

Quadro 02: Análise de dados descritos na Declaração Universal de Direitos Humanos (UNESCO 1948)

Resumo
<p>A Declaração Universal dos Direitos Humanos todos os povos é proclamada com o ideal comum de ser atingido e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e que cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente a Declaração, se esforce do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional. Referente a <i>direitos e igualdade entre homens e mulheres</i>, destaca-se os artigos:</p>
<p><i>Art. 1: Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade de direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.</i></p>
<p><i>Art. 2: Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição.</i></p>
<p><i>Art. 3: Todo ser humano tem direito a vida, à liberdade e à segurança pessoal.</i></p>
<p><i>Art. 7: todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole esta Declaração.</i></p>
<p><i>Art. 19: Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão, este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.</i></p>
<p><i>Art. 20: Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica.</i></p>
<p><i>Art. 21: Inciso 2: Todo ser humano tem direito de acesso ao serviço público do seu país.</i></p>
<p><i>Art.23: Inciso 1: todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.</i></p>
<p><i>Inciso 2: todo ser humano , sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.</i></p>

Fonte: UNESCO, 2015.

A partir dos itens em destaque na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, observa-se que todos os seres humanos possuem os mesmos direitos. Porém passados sessenta e sete anos após sua proclamação, ainda nos deparamos com indivíduos buscando o

reconhecimento dos mesmos. Perante a Declaração Universal dos Direitos Humanos todos gozam dos mesmos direitos.

Diante desse contexto pergunta-se: por que ainda vivenciamos os entraves que impossibilitam as mulheres de usufruírem de direitos e políticas públicas no mesmo patamar que os homens? O que se verifica é que essa desigualdade existente entre homens e mulheres advém da natureza sociohistórica da sociedade patriarcal e das relações sociais nele estabelecidas. Onde se percebe que o direito ao trabalho, a participação econômica e política na sociedade estava relacionado aos homens. Nesta direção às mulheres restava a submissão aos pais e ao marido, conforme já visto anteriormente. Com as transformações ocorridas na sociedade, no âmbito econômico, de uma sociedade que passa da monocultura (centrada na economia agroexportadora) para o modelo urbano-industrial a mulher passou a ganhar espaço nesta sociedade, porém ainda vivenciando as opressões e inferioridade, e assim demarcando as disparidades entre os gêneros.

Por disparidades existentes entre homens e mulheres em uma sociedade em que se presenciam desigualdades, discriminações, opressões, as mulheres em pleno século XXI necessitam protagonizar e lutar por condições efetivas de acesso a direitos e políticas públicas que as insiram na sociedade, com respeito às suas particularidades, seus direitos e também seus deveres como agentes de transformação social.

Ao referir os movimentos feministas, e em especial, a Marcha Mundial das Mulheres – MMM percebe-se que, esse movimento vem protagonizando, lutas e reivindicações, pautas consistentes e contra todos os tipos de opressões que as mulheres vivenciam. Opressões identificadas, por exemplo, com a discriminação no mercado de trabalho, liberdade de opinião, discriminação por opção sexual, falta de serviços e políticas públicas que legitimam seus direitos (civis, políticos, direitos a saúde, educação e cultura, por exemplo), liberdade de expressão, falta de segurança e proteção que causam os mais diversificados modos de violência.

Para exemplificar as várias formas de violência que as mulheres vivenciam, realizou-se análise do documento “Balanço Ligue 180 – Uma década de conquistas”, disponibilizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM. Salienta-se que esta secretaria, a partir deste ano de 2015 passou a incorporar o Ministério da Cidadania, atuando em conjunto com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a Secretaria de Direitos Humanos (*site da SPM: <http://www.spm.gov.br>*) como pode ser observado na sequência:

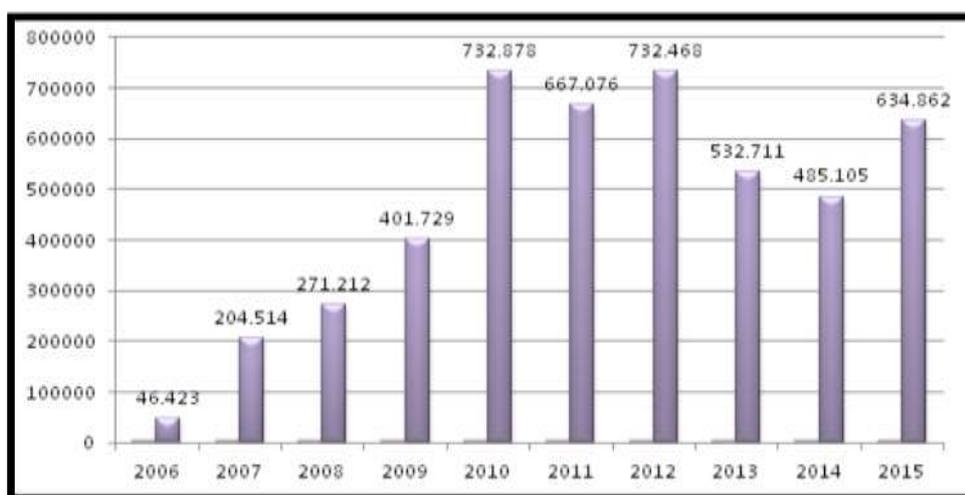
A Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência - Ligue 180 – é um serviço de utilidade pública gratuita e confidencial (preserva o anonimato), oferecido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, desde 2005. O **Ligue 180** têm por objetivo receber denúncias de violência, reclamações sobre os serviços da rede de atendimento à mulher e de orientar as mulheres sobre seus direitos e sobre a legislação vigente, encaminhando-as para outros serviços quando necessário. A Central funciona 24 horas, todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados, e pode ser acionada de qualquer lugar do Brasil e de mais 16 países (Argentina, Bélgica, Espanha, EUA (São Francisco), França, Guiana Francesa, Holanda, Inglaterra, Itália, Luxemburgo, Noruega, Paraguai, Portugal, Suíça, Uruguai e Venezuela). Desde março de 2014, o **Ligue 180** atua como disque-denúncia, com capacidade de envio de denúncias para a Segurança Pública com cópia para o Ministério Público de cada estado. Para isso, conta com o apoio financeiro do Programa ‘Mulher, Viver sem Violência’. Ele é a porta principal de acesso aos serviços que integram a Rede nacional de enfrentamento à violência contra a mulher, sob amparo da Lei Maria da Penha, e base de dados privilegiada para a formulação das políticas do governo federal nessa área.

O “Ligue 180” é um avanço no que se refere aos direitos das mulheres, pois, possibilita receber as notificações, repassar informações para as vítimas de violência, bem como, repassar o atendimento para outros serviços quando necessário. Mesmo com todo amparo criado pelo programa do Ligue 180 e demais políticas, como por exemplo, a Lei Maria da Penha (11.340/2006), os dados disponibilizados pela SPM demonstram que os casos de violência que as mulheres sofrem continuam se reproduzindo. Conforme a SPM:

No ano em que a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 comemora seu aniversário de uma década de prestação de serviços, os atendimentos quase alcançam a casa dos 5 milhões. Desde sua criação em 2005, foram 4.708.978 atendimentos. Desses, 552.748 foram relatos de violência, preponderando os relatos de violência física (56,72%) e psicológica (27,74%). Dos atendimentos realizados de janeiro a outubro de 2015, 39,52% corresponderam à prestação de informações (principalmente sobre a Lei Maria da Penha); 9,65% foram encaminhamentos para serviços especializados; e 40,28% se referem a encaminhamentos para outros serviços de tele atendimento (telefonia), tais como: 190 da Polícia Militar, 197 da Polícia Civil e Disque 100 da Secretaria de Direitos Humanos. Em 2015, do total de atendimentos, 63.090 foram relatos de violência, dos quais 58,55% foram cometidos contra mulheres negras. Esses dados demonstram a importância da inclusão de indicadores de raça e gênero nos registros administrativos referentes à violência contra as mulheres. Em comparação com o mesmo período em 2014, a Central de Atendimento à Mulher constatou que houve aumento de 300,39% nos registros de cárcere privado, com a média de dez registros/dia; de 165,27% nos casos de estupro, com média de oito relatos/dia, ou seja, a cada 3 horas é registrado um caso de estupro no Ligue 180; e de 161,42% nos relatos de tráfico de pessoas, com registro médio de 1 registro/dia.

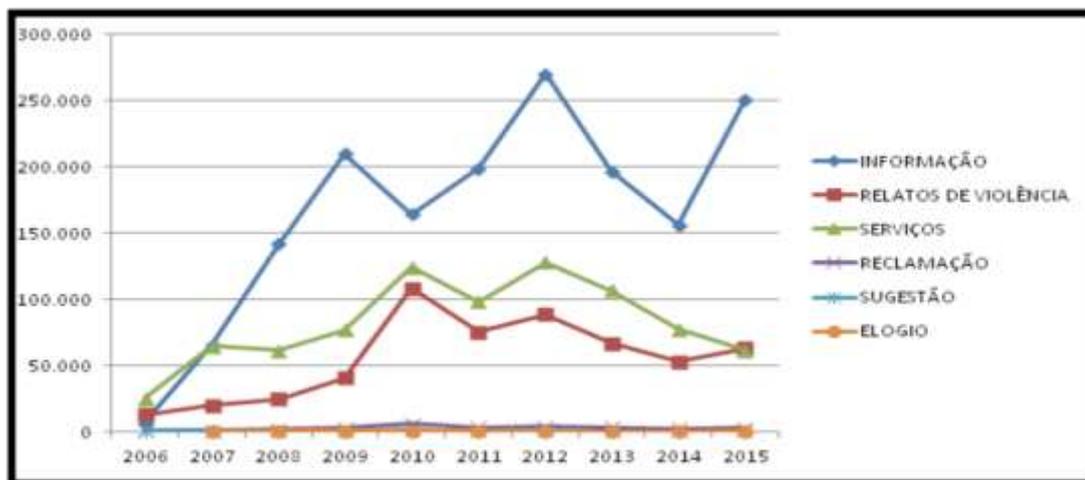
Assim, o Ligue 180 colabora para que os dados de violência contra as mulheres ganhem visibilidade e que políticas públicas venham a ser construídas e que materializem direitos como segurança, proteção e o próprio direito a vida. Segue descritos alguns gráficos expondo os índices de violência. Os gráficos utilizados tem seu início no ano de 2006 até os dias atuais em 2015, salienta-se que aqui se prioriza os dados de 2010 à 2015 que correspondem aos anos pesquisados neste trabalho. O primeiro gráfico aborda, o total de atendimentos realizados pelo Ligue 180 (no período de 2006-2015).

Gráfico 01: Total de Atendimentos do Ligue 180 por Ano



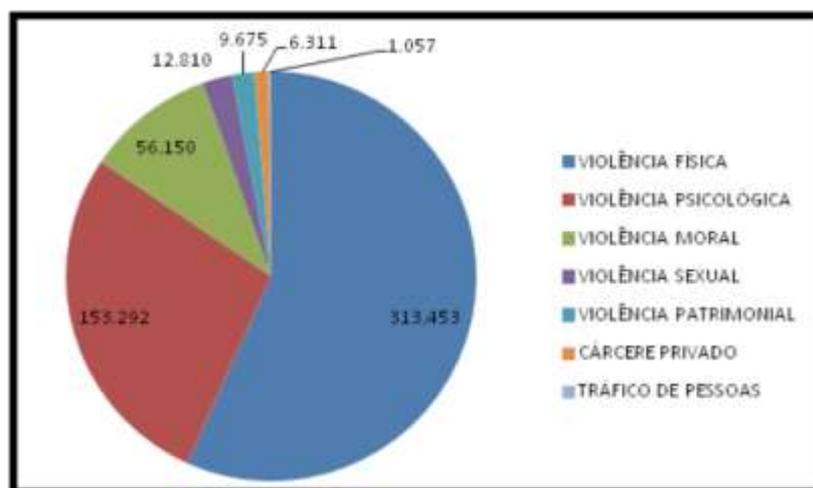
Fonte: Central de Atendimento para as Mulheres – Ligue 180/SPM. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/balanco180-10meses-1.pdf>.

A Central consolidou-se como um canal de informações sobre legislações e direitos, violências, crimes e serviços especializados no atendimento de mulheres em situação de violência. A partir da soma dos atendimentos realizados pelo Ligue 180, conforme o gráfico 1 descrito acima, foram prestadas 1.661.696 de informações pelo Ligue 180, contribuindo para informar as mulheres a respeito de seus direitos. O gráfico 02 apresenta os tipos de atendimentos realizados pelo Ligue 180.

Gráfico 02: Tipos de Atendimentos por Ano

Fonte: Central de Atendimento para as Mulheres – Ligue 180/SPM. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/balanco180-10meses-1.pdf>.

O gráfico 02 possibilita visualizar o quanto a Central de Atendimento para as Mulheres – Ligue 180, possui importância para a sociedade, pois, conforme demonstra o gráfico o maior índice é de atendimentos para informações. Conforme a SPM, o Ligue 180, se tornou um dos principais instrumentos de informação e orientação sobre seus direitos. Para compor os dados elencados até aqui, segue o gráfico 03, apresentando a descrição dos tipos de violências.

Gráfico 03: Tipos de Violências no Período de 2006-2015

Fonte: Central de Atendimento para as Mulheres – Ligue 180/SPM. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/balanco180-10meses-1.pdf>.

Verifica-se que o tipo de violência física foi o mais relatado, conforme mostra o gráfico 03. Com isto, voltamos à reflexão do capítulo 4 deste trabalho, onde é exposto o modo como à sociedade brasileira se formou, ou seja, com características da escravidão

(extremamente marcado pela violência) e a formação sócio histórica, fundada no modelo patriarcal, que institui o “poder” do sobre a mulher. Esses antecedentes históricos referentes à cultura brasileira ainda se perpetuam nos dias de hoje e os gráficos apresentados demonstram que, apesar de todas as conquistas históricas que a mulher garantiu, ainda vivencia situações de violência e opressão. A partir do reconhecimento e contribuição da SPM, é imprescindível que as lutas das mulheres avancem, para novas estratégias, direitos e políticas públicas sejam criadas e se materializem na sociedade. Depois de explicitado algum índice de violência disponibilizado pela SPM retorna-se novamente à problematização sobre a realidade brasileira, no que se refere aos direitos voltados às mulheres.

Os direitos sociais direcionados às mulheres passaram a ter visibilidade, embora que fragmentado, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e, de forma específica no Brasil, com a promulgação da Constituição Federal (1988), que vem a reforçar os direitos e deveres dos cidadãos e cidadãs. O quadro a seguir contém um recorte dos artigos contidos na Constituição Federal de 1988, que apontam para a necessária igualdade de direitos, sem qualquer forma de discriminação e, assim, demandam a criação de políticas públicas, necessárias a uma sociedade justa e igualitária.

Quadro 3: Análise de artigos da Constituição Federal de 1988

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

II - prevalência dos direitos humanos;

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Fonte: <http://www.trtsp.jus.br/legislacao/constituicao-federal-emendas>.

A Constituição Federal de 1988 caracteriza-se como um marco na democracia brasileira, na defesa de direitos igualitários entre homens e mulheres. A luta dos movimentos feministas e movimento de mulheres ganha visibilidade na Constituição Federal de 1988, as pautas historicamente construídas pelos movimentos feministas ganham visibilidade, isto se percebe nos conceitos “sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Outra conquista refere-se aos direitos sociais das mulheres que passam a ser reconhecidos na sociedade, “passam a ser inclusos os direitos sociais como, por exemplo, o acesso a saúde, educação lazer, trabalho, previdência social; os direitos humanos e trabalhistas também ganham espaço” (MATOS; GITAHY, 2007).

Considerando os avanços em relação aos direitos da mulher, a Constituição Federal de 1988 reconheceu a maioria das reivindicações do movimento das mulheres, ampliou a cidadania e extinguiu a supremacia masculina e a desigualdade legal entre os gêneros. Homens e mulheres passaram a ter os mesmos direitos e obrigações tanto na vida civil, como no trabalho, na família etc. Foi estabelecida em seu artigo 5º, inciso I, a igualdade jurídica entre homem e mulher, provocando uma grande mudança, principalmente no Direito de Família. O sistema legal, abusivamente discriminatório em relação à mulher, foi finalmente rompido. Os direitos sociais como a educação, saúde e segurança passaram a ser protegidos e neles foi incluída a proteção à maternidade e à infância. De acordo com o artigo 226, § 8º, o Estado tem o dever de criar mecanismos para coibir a violência doméstica (MATOS; GITAHY, 2007, p. 74-90).

Para a efetivação dos direitos sociais, é necessário que políticas públicas se materializem, assim buscando garantir o acesso dos sujeitos. “Os direitos como expressão de um patamar de sociabilidade, estão situados em um campo essencialmente político, porque são resultantes do embate de interesses e ações dos sujeitos sociais” (COUTO, 2008, p. 20). Esse campo político e também discriminatório, a luta das mulheres é fundamental para efetivar os direitos e deveres constitucionalizados em lei. Deste modo, em pleno século XXI

ainda presencia-se manifestações de mulheres reivindicando suas situações de vidas e as opressões sofridas.

No que se refere às políticas públicas, compreende-se que este tipo de política engloba as necessidades sociais e os direitos de cidadania dos indivíduos. As políticas públicas surgiram como uma estratégia do Estado para manter a ordem e assim evitando os conflitos e resistências entre a sociedade e o Estado. Observa-se que para as políticas públicas se efetivarem, se faz necessário as mobilizações da sociedade.

Conforme Pereira (2011, p.173): política pública, expressa, assim a conversão de demandas e decisões privadas e estatais em decisões e ações públicas que afetam e comprometem todos. Portanto, para que as políticas públicas se efetivem é necessária à participação de todos os cidadãos e cidadãs. Ao referir-se às políticas públicas voltadas às mulheres, destaca-se que as organizações e movimentos feministas estão arduamente levantando as pautas das mulheres, o objetivo é dar visibilidade as diversas opressões, violências, discriminações e desigualdades que as mulheres vivenciam em todos os espaços da sociedade e assim buscam romper com essas barreiras impostas pelo patriarcado e pelo capitalismo.

As principais reivindicações pautadas pelos movimentos são o fim da mercantilização do corpo feminino (principalmente nos meios de comunicação), liberdade expressão, direito sobre o próprio corpo (legalização do aborto), inserção das mulheres em espaços políticos, fim da violência sexista, entre outras. Destaca-se que também reivindicam a construção de políticas públicas a igualdade de gênero, ou seja, políticas que propõem o fim das desigualdades sociais e o fim das discriminações vivenciadas pelas mulheres e que possam oferta-lhes garantia de direitos e de vida.

Destaca-se aqui o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) como uma conquista os direitos das mulheres. Este plano possui, entre os objetivos firmados, erradicar todo tipo de discriminação e violência. O quadro a seguir elenca brevemente os objetivos do I e II PNPM.

Quadro 4: I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2005-2008) e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2008-2012).

<p>I PLANO</p> <p><i>As ações do Plano foram traçadas a partir de 4 linhas de atuação, consideradas como as mais importantes e urgentes para garantir, de fato, o direito a uma vida melhor e mais digna para todas as mulheres. São elas:</i></p>	<p>II PLANO</p> <p><i>O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), ora lançado, é fruto de um intenso processo de diálogo travado entre governo e sociedade civil. Responde não apenas à mobilização da sociedade brasileira para a ampliação da perspectiva de gênero e raça/etnia nas ações desenvolvidas pelo Estado, mas também ao reconhecimento por parte deste governo de que as políticas de promoção da igualdade e de valorização das diversidades encontram-se em permanente processo de construção e aperfeiçoamento, e se constituem em responsabilidade de todos os órgãos que o integram.</i></p>
<p><i>Linhas de Atuação:</i></p>	<p><i>Linhas de Atuação:</i></p>
<p>1. Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania.</p> <p>2. Educação inclusiva e não sexista.</p> <p>3. Saúde das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos.</p> <p>4. Enfrentamento da violência contra as mulheres.</p>	<p>1. Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social.</p> <p>2. Educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica.</p> <p>3. Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos.</p> <p>4. Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres</p> <p>5. Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.</p> <p>6. Desenvolvimento sustentável no meio rural, cidade e floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar.</p> <p>7. Direito à terra, moradia digna e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais.</p> <p>8. Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias.</p> <p>9. Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia.</p> <p>10. Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas.</p>

Fonte: <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm>.

A partir da análise do quadro nº 4, observa-se a importância de políticas públicas que venham a reforçar e assegurar os direitos das mulheres também se observa o número de ações entre o I Plano e o II Plano, onde novas ações tomam forma no II Plano, caracterizando um avanço nas políticas públicas para as mulheres. O PNPM em si não se concretiza como uma política pública, mas apresenta um conjunto de ações de forma a materializar políticas públicas para as mulheres. Cada tema destacado no quadro nº4 apresenta avanços na direção da construção de políticas públicas para as mulheres de modo que possibilitem acessar os avanços conquistados por suas lutas e reivindicações. Torna-se pertinente destacar o caráter intersetorial do plano na medida em que pretende envolver um conjunto de políticas públicas de forma articulada, ou seja, articula-se a questão da saúde, educação, cultura, habitação, segurança, entre outras.

Ao focar o olhar para as ações e lutas da Marcha Mundial das Mulheres, por uma sociedade mais justa e igualitária, é oportuno considerar as seguintes questões norteadoras da pesquisa: Que iniciativas vêm sendo construídas pela Marcha Mundial das Mulheres frente à garantia de direitos e políticas públicas pela igualdade de gênero?

Os resultados da pesquisa apontam que as iniciativas que vêm sendo construídas pela Marcha Mundial das Mulheres frente à garantia de direitos e políticas públicas pela igualdade de gênero, podem ser visualizadas na:

Organização social e popular das mulheres como forma de resistência aos projetos votados ao longo do ano de 2015 no Congresso Nacional (a Marcha tem tentado evitar os retrocessos e das políticas voltadas para as mulheres).

A luta pelos direitos reprodutivos das mulheres e pela legalização do aborto são bandeiras históricas do movimento feminista. No Brasil, temos debatido esses temas com algumas dificuldades, devido ao enraizamento do patriarcado e ao conservadorismo crescente em nossa sociedade. Porém, não podemos desconsiderar alguns avanços nas políticas públicas conquistados, nesse âmbito, pelas mulheres nos últimos anos. Dentre eles, podemos destacar a promulgação da Lei de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (Lei 12.845/13), pela presidenta Dilma, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Dentre outros procedimentos, a lei prevê: o “amparo médico, psicológico e social, imediatos”; “a profilaxia das DSTs”; “o fornecimento de informações às vítimas sobre os direitos legais e sobre todos os serviços sanitários disponíveis”; e, também, a “medicação com eficiência precoce para prevenir gravidez”, que diz respeito ao acesso à pílula do dia seguinte. Essa lei é relevante também pela regulamentação do aborto em caso de estupro, que é considerado legal pelo Código Penal. Fonte: (<https://marchamulheres.wordpress.com/2015/10/26/sobre-o-pl-50692013-e-a-legalizacao-do-aborto-o-corpo-e-meu-e-o-estado-nao-manda-aqui>).

Em contramão aos direitos das mulheres, a criação da PL 5069/2013 vem a caracterizar-se como um retrocesso aos direitos conquistados, como na Lei 12.845/12 citada acima. Nesse sentido, as mobilizações da Marcha estão voltadas contra a constitucionalização da PL 5069/2013. Conforme as informações no *Blog Instrucional*:

Na contramão do reconhecimento pelo Estado brasileiro de que “violência sexual é toda atividade sexual não consentida”, o Projeto de Lei 5069/2013 – que tem como um dos autores o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) – cria diversos empecilhos para o acesso aos serviços de saúde voltados às vítimas de violência sexual. Principalmente, ao serviço de abortamento legal. O texto prevê, por exemplo, a obrigação de realização de boletim de ocorrência em delegacia e do exame de corpo de delito no IML para comprovar o estupro. Assim, a palavra da mulher é colocada em xeque. [...] O PL ainda prevê uma alteração do Código Penal, aumentando a pena para os profissionais da saúde que informarem às mulheres sobre procedimentos abortivos. Outra questão importante, que muitos parlamentares – contrários à medida de Cunha – têm levantado é sobre a medicação para prevenir precocemente à gravidez. Caso seja aprovado, o PL abrirá precedente para criminalizar a distribuição e uso da pílula do dia seguinte. Muitos dos apoiadores e idealizadores do projeto já consideram a pílula como abortiva. [...] O PL 5069/2013 é um dos maiores retrocessos aos direitos conquistados pelas mulheres brasileiras. É uma afronta à nossa autonomia e liberdade. Nós não aceitaremos e não nos calaremos. A nossa luta tem o dia 28 de setembro como marco, mas ela acontece todos os dias. O aborto legal, seguro e gratuito deve ser direito de todas as mulheres. Todo dia é dia de dizer: O CORPO É MEU E O ESTADO NÃO MANDA AQUI. Fonte: (<https://marchamulheres.wordpress.com/2015/10/26/sobre-o-pl-50692013-e-a-legalizacao-do-aborto-o-corpo-e-meu-e-o-estado-nao-manda-aqui>).

A construção da PL 5069/2013 demonstra o desrespeito com as mulheres, principalmente às vítimas de violência sexual. A lei em si caracteriza-se como uma violência às mulheres que já passaram por uma situação dolorosa (como o estupro) e esta lei legítima, novamente, a inexistência de poder das mulheres sobre seus próprios corpos e retira a já fragmentada escolha sobre suas próprias vidas. É nesse viés que prevalece a luta por representação feminina dentro dos campos políticos. E para a liderança B, MMM-RS “a PL 5069 mostra com clareza, a necessidade de uma reforma política no país, onde a mulher possua representação de companheiras que atuem na defesa de nossos direitos”.

Outras iniciativas realizadas pelo movimento são identificadas como: desenvolvimento de ações nos Conselhos de Direitos das Mulheres no Distrito Federal, na esfera estadual e municipal e nos diversos espaços da sociedade civil que constroem e debatem a política de uma forma geral. Desenvolvimento de ações com tema referente: Combate a violência contra a mulher, autonomia econômica das mulheres, combate a prostituição, pelo fim da exploração do corpo da mulher, lutas pela terra, sexualidade, feminismo anti-rascista entre outras.

Destaca-se que existem militantes da Marcha que estão à frente de espaços governamentais importantes, e que colocam, na prática, a luta feminista construída pelo movimento. Também a Marcha compõe frentes de movimentos sociais importantes, a exemplo a Frente Nacional de Legalização do Aborto.

No que diz respeito à questão: Quais os desafios e potencialidades identificados no trabalho desenvolvido pela Marcha Mundial das Mulheres na luta pela igualdade de gênero? No que se refere aos desafios identificados no trabalho desenvolvido pelo movimento na luta pela igualdade de gênero, a pesquisa revela, segundo depoimento de oito lideranças que: A falta de recursos financeiros é um dos desafios constantemente presente na Marcha. Os recursos financeiros advêm de apoiadores (as) com as pautas da Marcha, da venda de produtos como: copos, camisetas, adesivos do movimento nas ações realizadas, e com o apoio de entidades sindicais como a CUT.

Articular a vida pessoal (trabalho e família) com as atividades do movimento também se caracteriza como um desafio. Pois estas requerem disponibilidade de tempo para reuniões e assembleias. As lideranças citaram (entre outras palavras) que o desafio de inserir as mulheres nos espaços de participação política, fazendo surgir novas lideranças e ampliando a Marcha para outras cidades. Isto pode ser observado através de um dos relatos das lideranças, foi escolhido o relato da liderança G, MMM-DF para expor a afirmativa acima descrita.

“Acredito que nosso maior desafio hoje, seja proporcionar as mulheres libertarem-se das amarras do patriarcado e inseri-las na luta anticapitalista. Para isto, nos organizamos através das mobilizações nas ruas, nas redes sociais e também nas assembleias que realizamos. Pelo fato de ser uma liderança no Distrito Federal, onde se “respira política” creio que isto me engaja ainda mais na luta. A Marcha acredita que o desafio seja inserir novas mulheres nos espaços de participação política. Para que isto seja possível organizamos “formações” referentes às desigualdades de gênero, violência, mercantilização do corpo, legalização e descriminalização do aborto entre outras questões. Algumas formações são realizadas nas reuniões, assembleias e encontros estaduais e outras são organizadas em espaços públicos como praças/ parques que possibilitem além de discutir as temáticas que a MMM toma frente, também esses espaços possibilitam a socialização entre as companheiras da Marcha e de seus filhos e filhas (geralmente crianças) que as acompanham nestes espaços”.

Observa-se que a Marcha se propõem a realizar formações que visem “empoderar” as mulheres, possibilitando a estas reconhecer como o capitalismo e o patriarcado as aliena. Possibilitar as mulheres momentos de discussões políticas proporciona a estas, consciência das condições que o público feminino num todo vivencia. Referente às potencialidades no trabalho desenvolvido pelo movimento, destacou-se no questionário: O empoderamento das

mulheres que passam pelo processo de formação, assim como uma ampliação da militância nas diversas áreas: moradia, sem terras, camponesas, meio ambiente, indígenas, entre outras. Assim garantindo uma maior diversidade/representatividade nos debates. A organização de uma diversidade de mulheres; fortalecimento das mulheres e lutas por políticas públicas. Também o quadro de dirigentes que contribuem para potencializar o trabalho realizado pelo movimento. E também se caracterizou como uma potencialidade do movimento, a expansão de informações sobre a Marcha em locais públicos e em redes sociais.

Por fim, ao retomar o problema de pesquisa, apresentado por meio da seguinte questão: “Qual a contribuição da Marcha Mundial das Mulheres para a garantia de direitos e políticas públicas pela igualdade de gênero na sociedade brasileira?”, percebe-se que a contribuição ocorre pelo processo educativo de consciência política das militantes e na tentativa de levar esse “conhecimento” a um número máximo de mulheres na sociedade, por meio das ações com pautas previamente definidas em reuniões e assembleias. Também nas manifestações de rua, a exemplo da “Batucada Feminista” onde são criadas canções a partir das vivências das mulheres, ou de canções contra o modelo de sociedade capitalista. E, por fim, com pautas de incidência e mobilização junto ao Congresso Nacional, onde são fortemente atacadas pelos setores conservadores, pelos questionamentos à questão de gênero, de identidade e orientação sexual, entre outros. Este se constitui um espaço de luta que a Marcha precisa aprofundar os debates sobre o papel do Estado e do parlamento.

Considera-se, a partir desse estudo, que a Marcha Mundial das Mulheres é espaço de luta, de construção de um feminismo anticolonialista e que, a organização como movimento social, contribui para mudar a vida das mulheres, marcadas por trajetórias de opressão, subalternização, violências e discriminações. Mais do que isso, o movimento organiza mulheres, para, entre si, educar umas às outras, e mudarem suas vidas e a de tantas outras. A Marcha Mundial das Mulheres educa para outro mundo, livre do machismo, racismo, homofobia e lesbofobia. Ou seja, construindo um novo projeto societário para a sociedade.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a contribuição da Marcha Mundial das Mulheres para a garantia de direitos e políticas públicas pela igualdade de gênero, com vistas a identificar o protagonismo desse movimento na sociedade brasileira. Os questionamentos apresentados foram: Que iniciativas vêm sendo construídas pela Marcha Mundial das Mulheres frente à garantia de direitos e políticas públicas pela igualdade de gênero? Quais os espaços de organização e articulação da Marcha Mundial das Mulheres? Quais os movimentos sociais, entidades, organizações e categorias profissionais que participam das ações promovidas pela Marcha Mundial das Mulheres? Quais os desafios e potencialidades identificados no trabalho desenvolvido pela Marcha Mundial das Mulheres na luta pela igualdade de gênero?

Em âmbito acadêmico, a pesquisa teve a relevância de contribuir para uma reflexão crítica sobre os movimentos feministas, com foco no movimento da Marcha Mundial das Mulheres. Já no âmbito científico, a pesquisa possibilitou visitar produções sobre estudos já realizados sobre os movimentos sociais e, de modo especial, os movimentos feministas. Ao que se refere à Marcha Mundial das Mulheres, os resultados da pesquisa possibilitaram, de forma específica, sistematizar um conjunto de informações sobre este movimento, considerando as iniciativas desenvolvidas, os espaços organizativos, parcerias, pautas de luta, espaços de representação e de incidência no âmbito da garantia de direitos e políticas públicas pela igualdade de gênero, bem como, os desafios e potencialidades presentes no trabalho desenvolvido pela Marcha.

Assim, os materiais que serviram de base empírica para a realização deste estudo foram: a técnica do questionário enviado via correio eletrônico para as lideranças da MMM de cada estado brasileiro; o *site e blog* institucional da MMM; além de consultas às fontes documentais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, Constituição Federal de 1988, Balanço Ligue 180 da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Plano Nacional de Política para as Mulheres – PNPM e fonte bibliográfica de dissertações disponibilizadas no Portal CAPES.

Referente as produções registradas no Portal CAPES, identificou-se que num período de cinco anos (2010 a 2015), somente um material foi encontrado. Salienta-se que para a coleta dos dados por meio de pesquisa bibliográfica, foram buscadas produções somente sobre a temática aqui trabalhada, ou seja, Marcha Mundial das Mulheres. Deste modo ao findar esta

pesquisa, observa-se que esta produção foi de suma importância, tanto para a visibilidade do movimento, quanto para o espaço acadêmico e científico que posteriormente poderá utilizar essa pesquisa para produções de novos materiais referentes à Marcha.

As referências utilizadas possibilitaram conhecer e refletir sobre as teorias e a historicidade dos movimentos sociais, embasando a compreensão sobre a Marcha Mundial das Mulheres como um movimento social contemporâneo. A participação das mulheres neste cenário é de suma importância, pois, com mobilizações e reivindicações em espaços de decisões políticas e econômicas será possível consolidar as conquistas já alcançadas e avançar para a ampliação de outras conquistas.

Ao término da produção deste trabalho, compreende-se que a Marcha Mundial das Mulheres contribui para a garantia de direitos e políticas públicas pela igualdade de gênero no Brasil através de debates em diferentes espaços, nas assembleias, nos encontros estaduais, nas ações da batucada feminista, nas ações de rua outros espaços decisórios e de participação política. De modo geral, as militantes abordam o tema gênero em suas diferentes formas, seja bem como, quanto a elas, a partir das relações sociais, do modo como capitalismo explora e discrimina as mulheres, na questão da mercantilização do corpo nas grandes mídias e redes sociais. Também nas pautas relacionadas às desigualdades étnicas, raciais, de gênero na educação, na política, na saúde, entre outros. Verificou-se na análise dos resultados que a contribuição ocorre pelo processo educativo de consciência política das militantes e na tentativa de levar esse “conhecimento” a um número máximo de mulheres na sociedade, por meio das ações com pautas previamente definidas em reuniões e assembleias.

A Marcha Mundial das Mulheres caracteriza-se como um espaço de luta, de construção de um feminismo anticapitalista e que, a organização como movimento social, contribui para mudar a vida das mulheres, marcadas por trajetórias de opressão, subalternização, violências e discriminações. Mais do que isso, o movimento organiza mulheres, para, entre si, educar umas às outras, e mudarem suas vidas e a de tantas outras. Cabe ressaltar que o trabalho aqui apresentado não se esgota, pois ao término destas considerações é possível destacar que a realidade vivencia constantes transformações, assim sendo, o que hoje foi pesquisado sobre a Marcha, amanhã poderá ser problematizado, considerando-se novas reformulações das contribuições desse movimento para a garantia de direitos e políticas públicas com vistas à igualdade de gênero.

9 REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo**. 08 ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ALVES, Rosenberg Rodrigues. **Família Patriarcal e Nuclear: Conceito, características e transformações**. IN: II Seminário de Pesquisa de Pós Graduação em História – UFG/UCG. 2009. Disponível em: https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/IISPHist09_RoosembergAlves.pdf. Acesso em 03 de maio de 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo, Cortez: 1999.

BARRETO, Maria do Perpétuo Leite. **Patriarcalismo e o feminismo: Uma retrospectiva histórica**. IN: Revista Artemis. Vol. 1. Dez. 2004. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2363>. Acesso em 03 de maio de 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BEIRAS, A., Moraes, M., Alencar-Rodrigues, R. e CANTERA, L. M. **Políticas e leis sobre violência de gênero – reflexões críticas**. In: Psicologia & Sociedade; 24 (1), 36-45, 2012.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. República Federativa do Brasil. – Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. 2006. **Lei Maria da Penha nº 11.340**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em 09 de junho de 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.: il.

_____. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de regulamento da profissão. – 10ª ed. Ver. E atual. – [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. – 10ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. **Feminismo, Estado e Políticas Públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres**. In: SER Social, Brasília, v.10, n. 22, p. 69-96, jan/jun. 2008.
Disponível em: <file:///C:/Users/Win%207/Downloads/18-62-2-PB.pdf>. Acesso em: 18/09/2015.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 1.ed. –São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ENGELS, Friederich, **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal – 02. 3ª edição. (Editora Escala, São Paulo, 1985).

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. – São Paulo: Cortez, 1983.

GARCIA, Cristiane Saldanha. **Direitos sociais legais x Direitos sociais efetivos**. In: VIEIRA, Elias Medeiros (Org.) **Direitos Sociais Reinventados**. Porto Alegre: NIEM/UFRGS; Porto Alegre: Nova Prata, 2011.p. 113-118.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** – 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 2 ed. Vozes, 2010.

_____. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 3 ed. Edições Loyola, 2008.

_____. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 05 ed. São Paulo: Edições Loyola. 2006.

GUIMARÃES, Fabiana Aguiar de Oliveira. **Rede social e suas contradições: espaço de disputa ideo-política**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: FSS/PUCRS, 2007.

HOLANDA, Sergio Buarque de, 1902-1982. **Raízes do Brasil**. 26 ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IOP, Elizandra. **Condição da Mulher como propriedade em sociedades**. Em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/article/view/623>. Acesso em 17 de maio de 2015.reimp. – São Paulo: Altas, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. – 6 ed. – 4. reimp. –São Paulo: Atlas, 2007.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES (São Paulo). Caderno 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres. 2013. Disponível em:<http://www.sof.org.br/artigos/caderno-9o-encontro-internacional-da-marcha-mundialdas-mulheres>. Acesso em: 03/11/2015

_____. **Guia das Comunicadoras Feministas na 4ª AÇÃO INTERNACIONAL DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES**. São Paulo: MMM, 2015.

- MATOS, Maureen Lessa; GITAHY, Raquel Rosan Christino. **A evolução do direito da mulher.**In:ColloquiumHumanarum, v. 4, n.1, Jun. 2007, p. 74-90. DOI: 10.5747/ch.2007.v04.n1/h037.Disponível em: <http://revistas.unoeste.br/revistas/ojs/index.php/ch/article/viewFile/223/606>. Acesso em: 08 de julho de 2015.
- MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 2005.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília (org.). 25 ed. ver. ampl. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, classe e movimento social 3ed. – São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica de Serviço Social).
- PESSÔA, Elisângela Maia. **Políticas Sociais alternativas à institucionalização de idosos em municípios da região das Missões do Rio Grande do Sul.** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: FSS/PUCRS, 2007.
- PRATES, J. C. **O planejamento da pesquisa social.** Temporalis, n. 7, ano IV, jan./jun. Porto Alegre, PUCRS, 2003.
- PEREIRA, Potyara A. P. **Política social: temas e questões.** 3 ed.- São Paulo: Cortez, 2011.
- PINGRET, Alexandra. **A Marcha Mundial de Mulheres no contexto dos movimentos sociais e sua construção visual (BRASIL, 2000 – 2010).** Disponível em: http://www.uel.br/pos/mesthis/AlexandraPingret_Dissertacao.pdf. Acesso em: 13 de junho de 2015.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder.** IN: Revista de Sociologia e Política. V. 18, nº 36: 15-23. Jun. 2010.
- Portal CAPES. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso: 05/10/2015.
- RICHARDSON, Roberto Jarry (et al). Pesquisa Social: métodos e técnicas. -3 ed. 9. Reimp. – São Paulo: Atlas, 2008.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2004
- SANTOS, Jucélia Bispo dos. **Novos movimentos sociais: feminismo e a luta pela igualdade de gênero.** IN: Revista Internacional de Direito e Cidadania, n. 9, p. 81-91, fevereiro/2011. Disponível em: <http://www.reid.org.br/arquivos/00000228-07-09-santos.pdf> Acesso em 05 de junho de 2015
- SAMARA, Eni Mesquita. A família brasileira. 04 ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

SCHERER-WERRER, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. Sociedade e Estado. Brasília, v.21, n.1, p.109 – 130, jan./abr. 2006.

SCOTT. Joan. **Gênero: Uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOSCORPO, 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941 – **Metodologia do Trabalho Científico**. 23.ed.rev. e atual. –São Paulo: Cortez, 2007.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. Cadernos Marxistas. São Paulo: Xamã, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S, 1928. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. – 1 ed. – 20 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2011.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos -1948**. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 15/10/2014.

APÊNDICE A- QUADRO SÍNTESE PESQUISA DOCUMENTAL

***Documentos:** Declaração dos Direitos Humanos, Constituição Federal de 1988, Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, Balanço Lige 180 (SPM)

***Documentos da MMM:** Boletins e Cartilhas no site e *blog* institucional.

Nº	Autor (a)	Ano	Documento	Resumo	Comentário
1					
2					
3					
4					

APÊNDICE B- PESQUISA BIBLIOGRÁFICA**TEMA:****FONTE DOCUMENTAL:**

Nº	Autor (a)	Ano	Palavras-Chave	Área do Conhecimento	Instituição	Resumo
1						
2						
3						
4						
5						

APÊNDICE C- QUESTIONÁRIO

I. PERFIL DAS PARTICIPANTES:

1.1 Idade:

1.2 Estado Civil:

() casada () viúva () divorciada () união estável () solteira

1.3 Tipo de Orientação Sexual:

() Heterossexual () Homossexual () Bissexualidade () Transsexual () Panssexual

() Assexual () Intergênero.

1.4 Escolaridade:

() Não alfabetizada () Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Fundamental Completo

() Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio Completo () Ensino Superior Incompleto

() Ensino Superior Completo

() Pós-Graduação (Especialização) () Pós-Graduação (Mestrado) () Pós-Graduação (Doutorado)

1.5 Profissão:

1.6 Atividade Profissional:

1.7 Estado onde reside:

1.8 Tem filhos(as)?

() Sim () Não.

Se a resposta for SIM, quantos? _____

II. PARTICIPAÇÃO NA MMM

2.1 Como conheceu o trabalho da MMM:

() Amigos/as () Rádio () Televisão () Ações da MMM () Redes Sociais. Quais?

() Outros: _____

2.2 Há quanto tempo você participa do movimento?

() Há menos de um ano

() De 1 a 2 anos

() De 2 a 5 anos

() De 5 a 7 anos

() De 7 a 10 anos

() Acima de 10 anos

2.3 Você é uma liderança que atua na direção ou coordenação da MMM?

() Sim () Não

Se a resposta for SIM, há quanto tempo você participa dessa direção ou coordenação?

() Há menos de um ano

() De 1 a 2 anos

() De 2 a 5 anos

() De 5 a 7 anos

() De 7 a 10 anos

() Acima de 10 anos

III. ORGANIZAÇÃO DA MMM

3.1 Você tem conhecimento de quantas militantes participam da MMM em seu Estado?

() Sim. Quantas? _____

() Não

3.2 Se você respondeu SIM a questão anterior, responda:

() Somente mulheres

() Mulheres em grande maioria e pequena participação de homens.

() Mulheres e homens com número equilibrado de participação.

3.3 Como são tomadas as decisões da MMM em seu Estado?

() pela direção

() em assembléia ou encontros estaduais

() em reuniões

() pelas redes sociais

() outra forma. Qual? _____

3.4 Considerando as pautas da MMM em âmbito nacional, no seu Estado, essas ações:

() Não são realizadas

() Raramente são realizadas

() São realizadas de forma parcial

() São realizadas integralmente

() Outra forma: _____

3.5 A MMM desenvolve pautas locais de mobilização em seu estado?

Sim Não

3.6 Nos últimos 05 anos, quais as principais bandeiras de luta da MMM?

3.7 Você realiza contatos, articulações, parcerias com lideranças da MMM de outros Estados?

Sim Não

Se a resposta for SIM, como isto acontece:

Raramente Somente nos eventos Em atividades nacionais

IV. CONTRIBUIÇÃO DA MMM PARA A GARANTIA DE DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

4.1 Você sabe quais as iniciativas que vêm sendo construídas pela MMM frente à garantia de direitos e políticas públicas pela igualdade de gênero?

Sim. Quais as iniciativas? _____

Não

4.2 Quais os movimentos sociais, entidades, organizações e categorias profissionais que participam das ações promovidas pela MMM em seu Estado?

4.3 Em sua opinião, que temas devem ser fortalecidos nas pautas de luta da MMM?

4.4 Quais os desafios identificados no trabalho desenvolvido pela MMM em seu Estado?

4.5 Sobre os desafios no trabalho desenvolvido pela MMM, marque se necessário mais de uma opção:

Os desafios me desmotivam.

Há pouca participação das militantes para enfrentar os desafios que surgem no trabalho da MMM em meu Estado.

Os desafios me impulsionam a enfrentá-los e me fortalecem ainda mais nas lutas

Sempre que surgem novos desafios, encontro apoio através do diálogo com as demais militantes em território nacional.

4.6 Quais as potencialidades identificadas no trabalho desenvolvido pela MMM em seu Estado?

APÊNDICE D- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado (a) participante:

Este questionário é parte integrante da Pesquisa: A Marcha Mundial de Mulheres – MMM e a luta por direitos e políticas públicas pela igualdade de gênero no Brasil. A pesquisa está vinculada ao Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, sob a orientação da Prof.^a Dra. Loiva Mara de Oliveira Machado. A pesquisa tem como objetivo geral: Analisar a contribuição da Marcha Mundial de Mulheres para a garantia de direitos e políticas públicas pela igualdade de gênero, com vistas a identificar o protagonismo desse movimento na sociedade brasileira. A intenção é convidá-lo (a) fazer parte deste processo. As questões descritas possibilitam respostas objetivas e descritivas, com vistas a qualificar a participação das pessoas envolvidas. As informações obtidas servirão de subsídio para o alcance do objetivo proposto. Assim, será fundamental o preenchimento das questões deste formulário de pesquisa e o seu encaminhamento em até (10) dez dias após ter recebido o documento, o reenvio do questionário deverá ser encaminhado através do e-mail: amendes1989@hotmail.com.

Quaisquer dúvidas em relação à pesquisa podem ser esclarecidas pelas pesquisadoras: Aline Fonseca Mendes (55) 9958-3956 e Loiva Mara de Oliveira Machado (55) 9900-2009.

Antes de iniciar suas elaborações, por favor, considere o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, abaixo descrito.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Na qualidade de participante da pesquisa “A Marcha Mundial de Mulheres – MMM e a luta por direitos e políticas públicas pela igualdade de gênero no Brasil” tenho consciência de que ao dar retorno às questões descritas neste formulário, estou autorizando a pesquisadora, a utilização dos dados obtidos, incluindo a divulgação dos mesmos, mediante a preservação da identidade individual.

Ao preencher o formulário estou autorizando a pesquisadora Aline Fonseca Mendes a dar continuidade à pesquisa que tem por objetivo: Analisar a contribuição da Marcha Mundial de Mulheres para a garantia de direitos e políticas públicas pela igualdade de gênero, com vistas a identificar o protagonismo desse movimento na sociedade brasileira.